



RESERVADO



**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

I. S. E. G.
Biblioteca
HC 1080.NBS
2005



**MESTRADO EM: DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

ECONOMIA GUINEENSE: GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO

GEMENIANO ANTÓNIO NUNES

Orientador: Professor Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino

Júri:

Presidente: Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, professor associado com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutor Carlos Alberto de Oliveira Garrido, professor associado da Universidade Independente de Lisboa;

Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino, professor auxiliar, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Junho de 2005



À minha Avo Amá, minha Mãe Gina,
ao Tio Júlio, à Tia Xanda e a minha Esposa Sílvia,
aos meus filhos Isaac Veríssimo e David Rafael

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

- ASEAN** – Associação das Nações do Sudeste Asiático
- AUE** – Acto Único Europeu
- BAD** – Banco Africano de Desenvolvimento
- BCEAO** – Banco Central de Estados de África Ocidental
- BM** – Banco Mundial
- BNG** – Banco Nacional da Guiné
- BNU** – Banco Nacional Ultramarino
- CARICOM** – Mercado Comum das Caraíbas
- CEAO** – Comunidade Económica da África Ocidental
- CEEA** – Comunidade Europeia de Energia Atómica
- CECA** – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
- CE** – Comunidade Europeia
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CEFTA** – Acordo de Comércio Livre da Europa Central
- CNUCED** -Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
- CUF** -Companhia União Fabril
- CICER** – Complexo Industrial de Cerveja
- CPLP** – Comunidades do Países da Língua Portuguesa
- ECCAS** – Comunidade Económica dos Estados da África Central
- ECOWAS** – Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste
- EEE** – Espaço Económico Europeu
- EFTA** – Associação Europeia de Comércio Livre
- EUA**-Estados Unidos de América
- EUA** – Acordo de Comércio Livre Canadá
- ESAF** – Enhanced Structural Adjustment Facility
- FAE** – Facilidade de Ajustamento estrutural
- FAER** – Facilidade Ajustamento Estrutural Reforçado
- FCFA** – Comunidade Financeira de África Francesa
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GATT** – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
- GUN** – Governo de Unidade Nacional
- HIPC** – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor



HIPC – Heavily Indebted Poor Countries
IDE – Investimento Directo Estrangeiro
MCCA – Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NAFTA – Acordo de Comércio Livre Norte-Americano
NIP – Novos Países Industrializados
NMF – Nação Mais Favorecida
OGE – Orçamento Geral de Estado
OMC – Organização Mundial do Comércio
OPEP – Organização de Países Exportadores de Petróleo
PAE – Programa de Ajustamento Estrutural
PAEF – Programa de Ajustamento Estrutural Facilitado
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNUD – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PG – Peso Guineense
PTA – Área Preferencial de Comércio
PVD'S – Países em Vias de Desenvolvimento
TJCE -Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias
UA – União Aduaneiro
UEMOA – União Económica Monetária de África Ocidental
UMA – União Árabe do Magrebe
UMOA – União Monetária de África Ocidental
UNESCO – Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UDEAC – União Aduaneira e Económica da África Central
WCED -Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento
ZCL – Zona de Comércio Livre

Resumo

No final de século XX e início do século XXI o mundo assiste a uma forte internacionalização das economias e a uma transformação na ordem política, cultural, social e económica a que denominamos “ Globalização”.

A globalização e a integração económica são dois fenómenos interligados, que têm trazido muitas vantagens, mas que implicam, também, custos tanto para os países desenvolvidos como para os países em vias de desenvolvimento. Os custos para os países em desenvolvimento tendem a ser maiores, em relação aos países desenvolvidos, pois eles carecem de recursos humanos, tecnológicos e financeiros.

Para muitos países pouco desenvolvidos a globalização veio agravar a situação de degradação acelerada das suas condições de existência, permanência de desemprego elevado e precariedade da protecção e injustiça social.

- A Guiné-Bissau, como outro qualquer país pobre, tem enormes dificuldades e instabilidade política e não está devidamente preparada para o fenómeno da globalização. Apesar disso, não pode alhear-se da realidade mundial. Deve é esforçar-se mais no sentido de aproveitar ao máximo as vantagens comparativas que tem em relação a outros países, com o objectivo de aumentar o seu desenvolvimento socio-económico, político, técnico e científico. Com estabilidade política e social e com uma política macroeconómica correcta, que dê incentivos à criação de novas empresas e à promoção de valores, qualificação e valorização dos recursos humanos, é possível à Guiné-Bissau alcançar os seus objectivos e beneficiar com a globalização;

Palavras-chaves: Globalização, Regionalização, Integração Económica, Crise Política e Económica, Guiné-Bissau.

- Abstract -

In the end of the 20th century and in the beginning of the 21st century the world lives a great reality, a strong internationalization marked by big world changes in the political, cultural, social and economical orders that has been denominated "Globalization".

Globalization and integration are two phenomena, interlinked through socio-economic. Their process is part of the current internationalization that has brought a lot of advantages and means for the world, although demanding great efforts for developed countries as well as for underdeveloped countries. However this has been much more difficult for underdeveloped countries than for developed countries, because they lack of human, technological and financial resources needed to follow these phenomena. This doesn't mean that it is impossible for an underdeveloped country to accompany globalization and world integration and to be a part of it, but that it is a hard and complex process.

For many underdeveloped countries, the globalization only came to worsen the rapid degradation of the conditions of living, resurgence and maintenance of high unemployment, deplorable conditions of work, destruction of the social protection and injustice.

Guinea-Bissau as any other country of the world, in spite of her enormous difficulties, and political instability of the last years, was not properly prepared for these two phenomena. Due to her weaknesses (economic, social, cultural and political problems) Guinea-Bissau is not exempt of this world reality. The country must make a more

significant effort to adapt to globalization and integration in order to take advantage of them. With political, economic and social stability, and making good use of local resources, Guinea-Bissau can reach these objectives.

Key words: globalization, regionalization, economic integration, political and economic crisis, Guinea-Bissau.

INDICE

Resumo

Agradecimento

Introdução..... 1

Capitulo 1 – A Globalização Mundial

1.1. Conceitos de Globalização	4
1.2. O Processo da Globalização	6
<i>1.2.1. A Globalização Financeira</i>	7
<i>1.2.2. A Globalização Comercial</i>	8
<i>1.2.3. A Globalização Tecnológica</i>	9
<i>1.2.4. Saturação de mercados tradicionais e a Procura de Novos mercados</i>	11
<i>1.2.5. O papel do Estado</i>	12
<i>1.2.6. O papel das firmas multinacionais</i>	14
1.3. As Duas Vagas de Globalização: semelhanças e diferenças	17
1.4. Efeitos da Globalização	21
<i>1.4.1 Efeitos para os Países Desenvolvidos</i>	22
<i>1.4.2. Efeitos para os Países em Desenvolvimento</i>	22
<i>1.4.3. Efeitos para os Países menos Desenvolvidos: o caso de África</i>	23
<i>1.4.4. Efeitos no Crescimento</i>	30
<i>1.4.5. Efeitos no Ambiente</i>	32



CAPITULO 2 – A Regionalização e o Multilateralismo	36
<i>2.1. Conceito e Motivação</i>	36
<i>2.2. As Duas Vagas de Regionalização</i>	38
2.3. Os Blocos Regionais	51
<i>2.3.1. Os Acordos Comerciais em África</i>	51
<i>2.3.1.1. Comunidade Económica da África Ocidental</i>	52
<i>2.3.1.2. Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste</i>	53
<i>2.3.1.3. Comunidade Económica dos Estados da África Central</i>	56
<i>2.3.1.4. A situação económica do continente Africano</i>	57
CAPITULO 3 – A Guiné – Bissau e a Globalização	60
3.1. Características da Economia Guineense	60
3.2. Estrutura Económica antes de Independência	62
<i>3.2.1. Estrutura económica</i>	62
3.3. Estrutura económica pós independência	64
<i>3.3.1 Estrutura física e demográfica e políticas</i>	64
<i>3.3.2. Estrutura económica</i>	64
<i>3.3.3. Enquadramento Macroeconómico</i>	68
<i>3.3.3.1. Produto interno bruto</i>	69
<i>3.3.3.2. Comércio externo</i>	71
<i>3.3.3.3. Dívida externa</i>	71
<i>3.3.3.4. Balança de pagamentos</i>	72
3.4. A Conceção do Desenvolvimento Económico	73
3.5. Estratégia, Políticas e Mecanismo Económico	74
3.6. Crise da Economia Guineense	76
3.7. As Causas e o Carácter da Crise da Economia Guineense	77
3.8. Reforma Económica	80
CAPITULO 4 – A Guiné – Bissau e o Processo de Integração e Regionalização Económica	84
4.1. O Processo de Integração	84
4.2. Integração e Globalização	85

Bibliografia

Anexos

Anexo I – Economia mundial – principais indicadores económicos 1986 – 2005

Anexo II – Indicadores económicos, sociais e demográficas em 1998

Anexo III – Indicadores básicos de outras economias

Anexo IV – A teoria da integração económica internacional

LISTAS DE TABELAS E GRAFICOS

Quadro 1.1 e <i>gráfico 1</i> – PNB/ per-capita	26
Quadro 1.2 e <i>gráfico 2</i> – Taxa de Mortalidade das crianças com menos de 5 anos.....	27
Quadro 1.3 e <i>gráfico 3</i> – Percentagem de Crianças <5 anos com peso insuficiente	28
Quadro 1.4 e <i>gráfico 4</i> – Matrículas/ Frequências líquidas – Primária	29
Quadro 1.5 – Indicadores de Base da ECWAS -1997	55
Quadro 1.6 – Indicadores básicos de ECCAS.....	57
Quadro 1.7 – Principais indicadores económicos da Guiné-Bissau	67
<i>Gráfico 5</i> – PIB Real (1998-2004) taxa de variação anual em %	68
Quadro 1.8 – Produto interno bruto.....	69
<i>Gráfico 5</i> – Dívida externa (1994-2004)	72
<i>Gráfico 6</i> – Balança de pagamentos (1996-2004).....	72
<i>Gráfico 7</i> – Criação e desvio de comércio.....	100

AGRADECIMENTOS

Para dar esse grande passo foi necessário o apoio de muitas pessoas singulares e colectivas, aos quais quero agradecer, neste espaço.

Para começar, desejo expressar o meu profundo agradecimento ao Prof. Doutor Horácio Crespo Faustino, meu orientador, pelo apoio que me deu, disponibilidade e paciência indescritíveis demonstradas ao longo deste trabalho e pelos seus ensinamentos, que muito me ajudaram na elaboração deste trabalho.

Por um lado seria ingrato se não apresentasse a minha máxima gratidão ao nosso Coordenador do Cursos de Mestrado – Prof. Doutor Adelino Torres pelo apoio constante que me deu, pela paciência disponibilidade e amabilidade indescritíveis demonstradas.

Os meus agradecimentos ao Governo Português e a **IPAD** – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, pelos apoios financeiros que me concederam durante o mestrado, e sem o qual não teria sido possível a concretização deste grande sonho de Mestrado.

Ao Júlio César Nogueira Fernandes (**Tio Júlio**), à Alexandra Tavares Lopes Coreia (**Tia Xanda**) por tanto que me terem apoiado nos percursos da minha vida.

À minha esposa Silvia e aos meus Filhos Isaac (**Tonshon**) e David Rafael (**Ráfa**) que amo muito, cuja palavras não são suficiente para expressar e agradecer os seus apoios imprescindíveis nas etapas da minha vida académica começando pela Rússia até aqui.

Aos meu tios João, Gabriela, Agostinho, Benvinda, Luciano, Pascoal, Vital, M'bala e às minhas cunhadas Miriam e Cláudia pelo carinho especial que sempre me têm demonstrado.

Ao meu irmão Martilene Lopes Fernandes dos Santos (**N'date**) pelo seu empenho indescritível, orientações e apoio que me tem dado na procura e na concretização deste grande sonho.

Ao meu irmão Danilson (**Akson**) e minha irmã Flaminia Lopes Fernandes dos Santos (**Minha**), pelo carinho especial e apoios que me tem dado sempre que lhes apresento necessidade. Também para João Constantino (**Népá**) e Edinilson (**Edy**) carinho e afecto.

Ao José Humberto Carvalho de Alvarenga e José Biai, vão o meu agradecimento pela amizade que sempre me têm demonstrado, pelo encorajamento de seguir sempre em frente e apoio que me concederam relativamente aos dados da Integração Económica da Guiné-Bissau na UEMOA. E ao João Mussa Dantas pelo seu grande apoio como amigo para concretização deste sonho.

E naturalmente aos meus pais que me tem trazido a este mundo e que sem eles, seria impossível agradecer a todos aqui agradecidos.

À todos os meus familiares, amigos e colegas que, de uma forma ou outra, ao longo deste percurso me apoiaram, quero endereçar-lhes os meus sinceros agradecimentos.

Introdução

Desde 1850 que a globalização vem avançando através das descobertas tecnológicas, da abertura ao comércio dos países, da internacionalização das empresas, da mobilidade dos factores e da disseminação do conhecimento. Segundo Baldwin e Martin (1999) há duas grandes vagas de globalização: de 1850 até à primeira Guerra Mundial e de 1950 até aos nossos dias. Entre as duas vagas temos o intervalo das duas Guerras Mundiais em que há uma diminuição do comércio internacional e o reforço das tendências proteccionistas. Há semelhanças e diferenças entre estas duas vagas. No início da primeira vaga de globalização o fosso entre países ricos e pobres não era tão grande como no início da segunda vaga e o papel do conhecimento e da difusão tecnológica não são marcantes como na última vaga. Por outro lado, os motores da globalização – desenvolvimento tecnológico, abertura das economias e internacionalização das empresas pelas exportações e pelo investimento directo – continuam a ser os mesmos, embora com diferenças qualitativas. Na última década podemos falar num aspecto novo que poderia configurar uma terceira vaga: a globalização financeira e as suas crises (crise do México, do Brasil, do Sudeste Asiático, da Argentina, etc.)

Em síntese, o fenómeno da globalização está ligado ao fenómeno da integração económica e financeira, como todos os fenómenos de integração a globalização tem custos e benefícios e esses custos/benefícios são diferentes para os países desenvolvidos e para os países em vias de desenvolvimento.

A Guiné-Bissau é um país pobre em vias de desenvolvimento, que tenta integrar-se na economia mundial. Como poderá a Guiné-Bissau maximizar os benefícios dessa integração e minimizar os seus custos? Será que a Guiné-Bissau poderá ficar à margem do processo de globalização e desenvolver-se? Qual a situação económica, social e política? Há vontade política para a internacionalização da economia? Há condições económicas para essa

internacionalização? Há capital humano, trabalhadores, empresários e políticos qualificados para levar a cabo essa tarefa?

O propósito deste trabalho é analisar a evolução da economia guineense e, nesse quadro, dar resposta a estas questões. É nossa convicção que a Guiné-Bissau, como um país que tem o seu papel a desempenhar em prol do desenvolvimento mundial, não pode estar à margem do processo de globalização em curso. O nosso objectivo é analisar como a Guiné-Bissau pode e deve acompanhar a globalização e integrar-se na economia mundial, beneficiando-se em vez de sair prejudicada. Esta integração, como veremos, não é fácil e não está isenta de grandes dificuldades e custos implicados pelos ajustamentos económicos e sociais. O que vamos tentar demonstrar é que este processo se deve realizar duma forma paulatina de modo a minimizar os custos associados ao próprio processo. Muitos países conseguiram-no e outros estão em vias de o realizar. Para os países em vias do desenvolvimento (PVD'S) este processo é muito mais difícil em relação aos países desenvolvidos, pois os PVD'S carecem de recursos humanos, tecnológicos e financeiros.

Começaremos por explicar e relacionar os fenómenos da globalização e da integração.

Depois, e à luz deste quadro geral, veremos o caso específico da Guiné-Bissau.

O resto da dissertação está organizado da seguinte maneira:

No **primeiro** capítulo, tratamos da globalização mundial e seus efeitos, fazendo uma revisão histórica e salientando os diferentes pontos de vista de destacados teóricos contemporâneos.

No **segundo** capítulo, tratamos da relação entre a regionalização e o multilateralismo: serão fenómenos complementares ou substituíveis? Apresentamos, também, os principais blocos regionais e acordos comerciais em África. No **terceiro e quarto** capítulo, debruçamo-nos essencialmente sobre a Guiné-Bissau no contexto da globalização e da integração económica.

No **terceiro** capítulo fazemos a caracterização da economia Guineense e no **quarto** capítulo

referimos o processo de integração regional da Guiné-Bissau. Procuramos, assim, relacionar o processo de globalização com a adesão da Guiné-Bissau à UEMOA: a regionalização pode favorecer o processo de globalização na Guiné-Bissau. Finalmente, apresentaremos as nossas principais conclusões.

A análise feita permite-nos concluir que a Guiné-Bissau terá necessariamente que se integrar no processo da globalização, aproveitando tudo o que de útil nele existe, fazendo da sua pequena dimensão uma vantagem real.

1.1 Conceitos de Globalização

O termo «globalização» é um anglicismo; deriva da palavra inglesa global, que significa «mundial». A globalização seria pois um termo inadequado para definir a mundialização. Em francês utilizam-se as duas palavras. A primeira aplica-se mais às empresas e a segunda às economias, ainda que reine uma grande confusão quanto à utilização destes dois vocábulos (in Jean-Louis Mucchielli (1998), *Multinationales et Mondialisation*, p. 96).

Os principais aspectos da economia global têm origem na Revolução Industrial. A máquina a vapor permitiu um crescimento económico sustentado de longo prazo pela primeira vez na História, revolucionou a tecnologia do transporte a grandes distâncias, alterou a estrutura social e económica, e levou à transformação da economia doméstica e global bem como das instituições e da sociedade.

Em termos económicos há três tendências que podem ser identificadas como as forças motrizes da globalização. A primeira, e talvez a mais profunda influência, é a alteração tecnológica. A segunda, reside no facto de um número crescente de governos ter prosseguido políticas de liberalização, abertura dos mercados e eliminação dos obstáculos à actividade económica. A terceira, a combinação de novas tecnologias e de mercados abertos levou as empresa a internacionalizar as suas actividades num número crescente de países, conduzindo a uma cadeia de actividades inter-relacionadas ao nível do globo.

Segundo Stiglitz, o fenómeno da globalização é a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução do custo de transporte, comunicação e o derrube de barreiras artificias aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e de pessoas através das fronteiras.¹

¹ Joseph E. Stiglitz *A Globalização e seus Malefícios*, p.36.

Para Soros, a globalização corresponde ao desenvolvimento dos mercados financeiros globais, à criação das empresas transnacionais e ao seu domínio crescente sobre as economias nacionais, com consequências negativas. **Primeiro**, nos PVD's existe muita gente marginalizada sem contrapartida do apoio da segurança social. **Segundo**, há afectação deficiente entre bens públicos e privados no que respeita à criação de riqueza e às necessidades sociais. **Terceiro**, os mercados financeiros globais são vulneráveis à crise.²

Para nós a Globalização é um fenómeno complexo e dinâmico que afecta não só a economia de todos os países do mundo, mas também a política, a cultura e as crenças religiosas. Estamos de acordo com Stiglitz: “Graças à globalização a expectativa de vida em todo mundo aumentou bastante, e o padrão de vida melhorou muito”.

² Ver George Soros, *Globalização*, p. 17.

1.2 O Processo da Globalização

A grande força básica da globalização é o processo de inovação tecnológica, em especial as tecnologias de informação e comunicação. Essas inovações foram de tal ordem que não apenas a esfera económico-financeira foi afectada, mas também as relações sociais.

Se reflectirmos um pouco, poderemos constatar que o processo de globalização não começou neste século, antes da guerra-fria ou depois do Muro de Berlim mas é um processo que começou algum séculos atrás com a chegada dos navegantes europeus a terras de África e a da América. Se tomarmos em consideração as descobertas, nomeadamente o intercâmbio cultural e as trocas comerciais daí resultantes, podemos dizer que, a globalização começou há cinco séculos. No entanto a maioria dos teóricos da globalização considera que a globalização tem a sua origem na revolução industrial (século XIX).

A globalização nos últimos anos é marcada pelo crescimento das corporações transnacionais que exercem um papel decisivo na economia mundial. Como destaca o Friedman (2000, p.19) o comércio externo diário em 1900 media-se em milhões de dólares. Em 1992 eram 820 biliões de dólares por dia, em Abril de 1998 chegou a 1,5 triliões. Só na última década, o volume de empréstimo internacionais feitos por bancos duplicaram. Por volta de 1900 os fluxos de capitais dos países desenvolvidos para os PVD's podia medir-se em centenas de milhões de dólares e envolviam poucos países. Conforme o autor, segundo o FMI, só em 1997 o fluxo de capitais privados do mundo desenvolvido para todos os mercados emergentes totalizou 215 biliões de dólares.

Segundo *the Economist*, em 1930 um telefonema de três minutos entre Londres e Nova Iorque custava 3000 dólares (em dólares de 1996). Hoje não só através da Internet mais através de vários serviços de telecomunicações é praticamente de graça.

1.2.1. A Globalização Financeira

Definimos globalização financeira como a integração dos mercados financeiros nacionais num grande mercado financeiro internacional. A globalização, na óptica financeira significa um aumento considerável dos recursos financeiros e a sua velocidade de circulação, ultrapassando barreiras tradicionais que condicionavam, por normas nacionais, a movimentação internacional de capitais.

A globalização financeira tem-se mostrado como um processo de criação de um mercado mundial integrado de serviços financeiros.

Com o desenvolvimento extraordinário dos sistemas financeiros internacionais nos anos 80, verificou-se uma enorme alteração na economia mundial.

A estes podemos acrescentar as actividades do mercado financeiro internacional associadas à diversificação de risco (inclusive mercados cambial e de derivados), desenvolvimento e vendas de produtos financeiros, garantia de transacções (custódias, confirmação de contratos etc.).

As actividades bancárias internacionais, as operações com moedas e o mercado de derivados constituem peças fundamentais dos serviços financeiros que mais têm contribuído para a globalização do mercado financeiro.

Esta última década foi marcada não apenas por um grande crescimento da internacionalização de empresas financeiras, mas também de um elevado nível de fusões e aquisições das firmas nos principais países industrializados e a criação de pequenas agências que nos últimos anos têm revolucionado os serviços financeiros internacionais. Se olharmos um pouco para atrás, até o ano de 1995 as transferências bancárias eram feitas por giros, por vezes eram morosos e a data do pagamento ou liquidação só podiam ser feitos depois de 3 dias. Hoje com a globalização financeira passamos a ter um serviço mais rápido e eficaz em que a transferência e a liquidação é feita em menos de 20 minutos.

1.2.2. A Globalização Comercial

A globalização comercial é a integração dos mercados nacionais no comércio internacional, com objectivo de reduzir as restrições e permitir o livre acesso aos mercados.

Historicamente a globalização comercial desenvolveu-se baseada nas vantagens absolutas e comparativas. A liberalização do comércio bem como os movimentos de integração económica constituem factores positivos para aumentar a riqueza das nações e o bem-estar das populações. De acordo com a teoria de Ricardo das vantagens comparativas, podemos constatar que as trocas comerciais conduziram a um aumento de rendimento ou da riqueza dos países. Portanto o princípio de liberalização de comércio é mais vantajoso que manter uma política proteccionista.

Se tomarmos em consideração a área dos produtos manufacturados, podemos identificar três tendências:³

- a) A polarização regional do comércio internacional (até ao sec. XIX)
Historicamente, centrou-se na Europa, depois passou para a hegemonia dos EUA após a 2ª guerra mundial, actualmente, consolidou-se com a junção de Japão e os novos Países Industrializados da Ásia (NIP).
- b) A deslocação do Atlântico para Pacífico, consubstanciado no poderio do Extremo Oriente e nas suas ligações privilegiadas com o mercado norte-americano.
- c) A formação de zonas específicas de influências de cada um dos três pólos.
Esta divisão é perceptível ao nível das trocas mundiais e também pela orientação geográfica dos investimentos directos internacionais e pelo fluxo financeiro do norte para sul.

³ E. R. Medeiros *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, p 92. Lisboa 1998.

A globalização comercial é a mais facilmente mensurável. Se o crescimento do comércio mundial se dá a uma taxa de crescimento médio anual mais elevada do que a do PIB mundial podemos afirmar que há globalização comercial. O processo de globalização pode dar-se mundialmente ou regionalmente. Podemos, assim, afirmar que uma região passa por um processo de globalização comercial em determinado período, se o comércio exterior regional crescer a taxa superior ao crescimento do PIB regional. Se este fenómeno for exclusivamente regional e explicado por políticas económicas dos países da região, este processo pode ser chamado de integração económica. Finalmente, este mesmo método pode ser usado para medir a velocidade de integração de um determinado país ou região no mundo através do comércio internacional. Usando o método acima podemos verificar a existência de globalização comercial em um país, em uma região ou no mundo.

1.2.3. A Globalização Tecnológica

A globalização tecnológica decorre dos fluxos comerciais de mercadorias, sobretudo devido ao comércio internacional de bens de equipamentos, com particular incidência nas trocas de bens intermédios para utilizações tecnológica no processo de produção.⁴

Do total das trocas mundiais da presente década 40% era proveniente dos equipamentos mecânicos e de transportes.

A liberalização das trocas comerciais possibilitou o sucessivo alargamento do mercado e as inovações tecnológicas.

Essa globalização tecnológica tornou possível a conexão entre lugares distantes, impulsionou as telecomunicações, o deslocamento rápido e barato de mercadorias, capitais e serviços e a automatizações nas indústrias. A globalização tecnológica revolucionou o mundo, trouxe muitos benefícios, mas também teve o seu lado negativo. O mundo tornou-se cada vez menos

⁴ E. R. Medeiros *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, p92. Lisboa 1998

dependente do trabalho humano, principalmente nos seus níveis menos qualificados. Ela provocou a diminuição da necessidade de intervenção do homem principalmente nos sectores primário (agricultura e pecuária) e secundário (indústria).

Com efeito, paralelamente à redução da mão-de-obra nos postos de trabalho industriais, causada pela crescente automatização das máquinas, o sector de serviços, trabalho intensivo, teve enorme expansão. Mas, no futuro a crescente automação de alguns serviços irá provocar problemas de emprego também neste sector, principalmente dos trabalhadores menos qualificados.

Quanto aos trabalhadores altamente qualificados – ligados às tecnologias de informação e telecomunicações, à educação, consultoria e marketing – é de esperar que captem, cada vez mais, uma parte significativa do rendimento nacional. Os restantes trabalhadores, pouco qualificados e pouco ou nada familiarizados com as tecnologias da informação farão parte dos excluídos sociais. Temos assim uma nova pobreza se não houver uma formação profissional constante que contrabalance estes custos da globalização tecnológica.

Hoje em dia o mundo é confrontado com uma nova questão social, gerada pela redução da necessidade de trabalho humano.

Com a globalização tecnológica, as empresas produzem cada vez mais e com menos custos bens e serviços, mas utilizem proporcionalmente cada vez menos mão-de-obra pouco qualificada. Isso facilita a aceitação de trabalho abaixo do preço real, de trabalho informal e de trabalho ilícito.

Esta nova era das novas tecnologias e a crescente redução da necessidade de trabalho levou a que surgissem diferentes propostas de resolução do problema, nomeadamente o incentivo ao trabalho por conta própria, individual, em cooperativa ou por meio da formação da pequena e da micro empresa mais flexível e dinâmica.

1.2.4. Saturação de Mercados tradicionais e a procura de novos mercados

À medida que se produz cada vez maior quantidade de bens e serviços, a melhor solução para o crescimento económico tanto dos países desenvolvidos como dos países menos desenvolvidos é a exportação. Coloca-se, assim, a questão da procura de novos mercados.

Esta questão é talvez o factor mais importante e promissor para conseguir o maior crescimento económico nos países mais pobres, como a Guiné-Bissau. Para isso, é necessário investimento de que carecem os PVD's. Isto significa que se os países desenvolvidos querem colocar os seus produtos em novos mercados emergentes deve comprometer-se seriamente no processo de crescimento económico dos países mais pobres, para assim estes poderem ter o poder de aquisição dos seus produtos.

A solução do problema talvez não seja tão simples. Apesar dos países ou empresas, estarem dispostos a investir precisam de certas garantias básicas ou regras do jogo estáveis para poder transferir os seus recursos para esses determinados países. O investimento estrangeiro é um dos factores mais importantes para o desenvolvimento, não só por pelos recursos financeiros, mas também pela necessidade de novas tecnologias e recursos humanos altamente qualificados. Estas garantias não só envolvem as áreas económicas, mas todas as estruturas da sociedade em geral.

Em primeiro lugar o investimento estrangeiro necessita de estabilidade política. Quando falamos de estabilidade política, caso concreto da Guiné-Bissau, referimo-nos à necessidade da existência de um regime democrático estável. Os investidores, seja de origem estrangeira ou nacional, o que lhes interessam é estabilidade. Requerem segurança e políticas que lhes garantam regras do jogo estáveis. E estas regras de jogo incluem estabilidade tanto na área política como social, jurídica e sindical. Alguns sistemas políticos anti-democráticos por vezes conseguem garantir essa estabilidade e lamentavelmente certos sistemas democráticos fracos por vezes não conseguem garantir essa estabilidade devido às mudanças políticas

frequentes. É verdade que os grandes investidores em geral, não requerem justiça social e nem respeito pelos direitos fundamentais do Homem. Querem só a obtenção de rentabilidade sobre os seus investimentos. Sem dúvida nos sistemas democráticos estáveis onde existe liberdade para as populações, onde as relações do poder entre governo, investidores e sindicatos são mais equilibradas, os investidores normalmente preferem investir nesses países. Existe uma relação directa entre liberdades individuais e liberdades económicas. Onde haja liberdades individuais, as consequências apontam para mais liberdades económicas. E isso faz com que existam melhores condições, mais competência e possibilidades dos indivíduos participarem nos pequenos, médios e grandes investimentos.

1.2.5. O Papel do Estado

No processo de globalização o Estado tem desempenhado um papel preponderante, Os sistemas económicos nacionais, também, têm tido uma grande evolução nas últimas décadas com a participação ou intervenção do Estado nas economias. Os imensos recursos atribuídos pelo Estado dos países desenvolvidos à investigação espacial e à indústria bélica deu como resultado inovações tecnológicas que posteriormente passaram para as indústrias privadas com o conseqüente desenvolvimento de novos bens e serviços. Novas e mais eficientes técnicas de produção têm significado importantes reduções nos custos de produção e nos preços de vendas dos produtos.

Conforme Anne Krueger (1990), geralmente o Estado deve intervir na manutenção da lei e da ordem (incluindo o respeito pelos contratos) e no fornecimento dos serviços públicos básicos de grande dimensão (tal como estradas e outras vias de comunicações).

Para a autora, em muitos países em desenvolvimento a fraca qualidade e o fornecimento limitado de infra-estrutura constitui a maior fonte de custos para os produtores e consumidores dessas economias.

Segundo (Chowdhury e Islam 1993) o Estado deve, limitar as suas próprias actividades para melhorar as funções do mercado e deve fornecer somente os bens e serviços onde possui uma vantagem comparativa em relação aos agentes privados.

Para (Chowdhury e Islam 1993), o activismo do Estado engendra uma influência cumulativa que retarda o desenvolvimento económico. De acordo com esta perspectiva o Estado deve primeiramente apostar no estabelecimento do mercado, dando ao sector privado a iniciativa na mobilização e afectação dos recursos para promover o crescimento das actividades económicas.

O Estado deve somente intervir nas “falhas de mercado”, isto é, em casos onde a operação do sector privado não corresponde aos interesses sociais (educação, saúde, infra-estrutura, ambiente etc.) (Wade, 1990).

Para STIGLITZ (1998) o sucesso dos esforços de desenvolvimento nos USA, tal como noutros países envolveu um papel activo do Estado. As economias capitalistas antes da intervenção do Estado eram caracterizadas não só por altos níveis de instabilidade económicas, como também por grande número de problemas sociais e económicos; inúmeros grupos, tal como os idosos e os analfabetos eram frequentemente deixados fora do progresso. Para Stiglitz as principais fragilidades na economia neoclássica residem na exclusão da história das suas análises.

Mesmo quando muitas das observações teóricas e históricas são reconhecidas, os economistas neoclássicos continuam relutantes em confiar no Estado.

Mushtaq H.Khan (2002) argumentou que para direccionar as economias em desenvolvimento através das transformações reclamadas pelos teóricos neoclássicos, é necessário um Estado mais forte e com mais capacidade intervencionista. Isto porque o Estado nas economias com alto crescimento participa na transformação das suas economias e sociedades, através da

assistência na criação de uma nova classe produtiva e assegura que essa nova classe tenha sucesso na aquisição de tecnologias e capacidade empresarial.

Stiglitz assinala ainda três eventos que condicionaram o modo de pensar em relação as estratégias de desenvolvimento. **O primeiro** tem a ver com o colapso do ex-bloco de leste, o **segundo** refere-se ao papel de Washington e o **terceiro** evento está relacionado com o milagre do leste asiático. O rápido crescimento do leste asiático veio mostrar que o desenvolvimento é possível e que o sucesso de desenvolvimento, pode ser acompanhado pela redução de pobreza, melhoria nos padrões de vida e até mesmo um processo de democratização. Na maioria dos casos, o Estado desempenhou um papel decisivo.

No nosso entender, constatamos que o Estado e o mercado estão inteiramente interligados e o papel do Estado na economia ou no processo da globalização tem tido uma grande importância. O resultado vê-se no incremento da produtividade na produção de bens e serviços, e nas melhorias nos níveis de consumo da população. De acordo com a análise do World Bank, (1993) quanto ao sucessos da intervenção do Estado mostra-se que nalgumas economias os objectivos de desenvolvimento foram atingidos com maior sucesso do que teria sido sem a intervenção do Estado.

1.2.6. O Papel das Firmas Multinacionais

A globalização é marcada pela expansão mundial das grandes corporações internacionais. Com o esforço dos EUA para organizar as relações económicas internacionais na base do comércio livre, (GATT e OMC) deu-se um aumento nas trocas internacionais e na procura. A internacionalização de actividades económicas expandiu-se principalmente através de empresas multinacionais que se tornaram, no final da década de 50 e início da década 60, importantes actores internacionais. Com o surgimento das novas tecnologias da informação,



tanto no processamento de bens e serviços como na sua administração, as empresas multinacionais assumem um importante papel no processo da globalização com a sua grande capacidade de desenvolver e absorver as novas tecnologias. A globalização transformou as multinacionais num dos elementos mais importante na transferência do conhecimento e no processamento de bens e serviços.

O mundo chegou a uma situação de economia mundial de mercado. O que significa também que o mercado mundial de trabalho se vai tornar uma possibilidade cada vez mais real. Os trabalhadores num número cada vez maior de países – e em todas as regiões – encontram-se hoje numa situação competitiva mais directa de uns com os outros do que antes. Segundo alguns estudos, a cadeia de *fast food* McDonald, por exemplo, possui 18 mil restaurantes em 91 países. Essas corporações exercem um papel decisivo na economia mundial. As maiores empresas do mundo (Mitsubishi, Mitsui, Sunitomo, General Motors, Merubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell) obtêm um volume de venda que é muito superior ao PIB de muitos países.

As multinacionais são empresas ou grupos de grandes empresas, constituídas por uma sociedade de origem com diversas filiais dependentes exclusivamente da empresa mãe. São firmas com grande poderio económico que exercem as suas actividades em qualquer lugar do mundo onde existem melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas baratas e revestem a forma de sociedade por acções. Com as suas transferências de tecnologia e conhecimento, as multinacionais têm beneficiado bastante os PVD's na criação de emprego, especialização técnica e crescimento económico. Hoje em dia grande parte dos produtos não tem nacionalidade definida. Por exemplo, um automóvel de marca norte americana pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projectado na Alemanha, montado no Canadá e vendido em Portugal. Apesar de tudo, existem alguns cépticos que contestam a Organização Mundial do Comércio e fazem pressões políticas a favor do proteccionismo. Eles consideram a globalização responsável pelo desemprego. Por outro lado, existem reacções que apoiam o investimento internacional que consideram que a globalização oferece muitas oportunidades

tanto para as actividades de países em desenvolvimento como de países industrializados com potencial de expansão e de renovação. Na minha opinião, predomina entre os governos, empresários e trabalhadores, e também nos sindicatos, a ideia de que a globalização é benéfica. Mas o que representa uma oportunidade para alguns para outros pode ser uma ameaça. Algumas incertezas sobre o futuro alimentam ansiedades e aumentam as reacções negativas. De acordo com Stiglitz (2001), quando as empresas estrangeiras chegam, elas geralmente destroem os elos locais, aniquilando as ambições de pequenos empresários, que esperavam desenvolver sectores domésticos. Por exemplo, os fabricantes de refrigerantes em todo o mundo foram dominados pela entrada da Coca-Cola e da Pepsi Cola nos seus mercados domésticos. Para fazer frente a essas reacções negativas, é necessárias, pelo menos, algumas regras básicas para o funcionamento desta nova economia de mercado globalizada.

As empresas multinacionais muitas vezes estão no centro do debate a respeito dos méritos da globalização. Os seus críticos retratam-nas como gananciosas e capazes de usar indiscriminadamente a sua força sem qualquer consideração para com o meio ambiente, os trabalhadores e o bem-estar das comunidades em que se encontram. Os seus defensores apontam nela as virtudes da eficiência, a capacidade de levar tecnologia e progresso a regiões economicamente atrasadas, bem como prover o mercado de bens e serviços de qualidade e a baixo custo. Geralmente, considera-se que muitas empresas multinacionais têm feito menos do que deveriam para melhorar as condições de trabalhos nos PVD's.

Há alguma verdade em ambos os lados da disputa. O mais importante é que as empresas multinacionais jogam um papel decisivo na dinâmica do processo de globalização, sobretudo empresas multinacionais pertencentes à tríade EUA, Europa e Japão. Estas são impulsionadoras do processo de globalização que não só movimentam capital e mercadorias através das fronteiras como também estão à frente do progresso tecnológico mundial.

1.3. As Duas Vagas de Globalização: semelhanças e diferenças

“ Este artigo debruça-se sobre as duas vagas de globalização (em termos gerais, 1820-1914 e 1960-até ao presente), foca os aspectos económicos essenciais (comércio, investimento, migração, fluxos de capital, industrialização/des-industrialização, convergência/divergência económica), os aspectos da teoria económica e das políticas económicas. As duas vagas têm semelhanças superficiais, mas são fundamentalmente diferentes. As principais semelhanças são os rácios do comércio e fluxos de investimento, e a importância das reduções das barreiras ao comércio internacional. A diferença fundamental reside no impacto que estas reduções tiveram no comércio dos bens e na circulação das ideias. As condições iniciais constituem outra diferença importante. Antes da primeira vaga o mundo era pobre e agrário. Quando a segunda vaga começou, o mundo estava fortemente dividido entre nações pobres e nações ricas” (in R. Baldwin and P. Martin (1999), *“Two Waves of Globalization: Superficial Similarities, Fundamental Differences”*, abstract)

Se olharmos um pouco para trás, poderemos constatar que o processo da globalização não começou neste século, antes da guerra-fria, ou depois do Muro de Berlim, mas é um processo que começou muitos séculos atrás com a chegada dos navegantes portugueses a terras de África se assim podemos dizer, e com as descobertas das terras da América. Se tomarmos em consideração alguns factores, nomeadamente intercâmbio cultural e trocas comerciais, podemos dizer que, a globalização começou há cinco séculos apesar duma forma muito primitivo e diferente das que temos hoje.

Anteriormente, cada povo vivia isolado dos demais, cada cultura era auto-suficiente. Os povos nasciam, viviam e moriam no mesmo lugar, sem tomar conhecimento da existência dos outros.

Durante séculos desconheciam-se e nem imaginavam que algum dia poderia estabelecer relações significativas. Portanto, pode-se dizer que a internacionalização do comércio e a aproximação das culturas é a globalização.

Na primeira vaga estrutura-se um sólido comércio triangular entre a Europa (fornecedora de manufacturas) África (que vende seus escravos) e América (que exporta produtos coloniais). A imensa expansão deste mercado favorece os artesãos e os industriais emergentes da Europa que passam a contar com consumidores num raio bem mais vasto do que aquele abrigado nas suas cidades.

A primeira vaga da globalização fez-se quase toda sob a égide das monarquias absolutistas que concentravam enorme poder e mobilizam os recursos económicos, militares e burocráticos, para manterem e expandirem os seus impérios coloniais. Os principais desafios que enfrentarem advinham das rivalidades entre elas, seja pelas disputas dinásticas – territoriais ou pela posse de novas colónias no além-mar

Os principais acontecimentos que marcam a transição da primeira vaga da globalização para a segunda dão-se nos campos da técnica e da política. A partir do século XVIII, a Inglaterra industrializa-se aceleradamente e, depois dela, a França, a Bélgica, a Alemanha e a Itália. A máquina a vapor é introduzida nos transportes terrestres (caminhos de ferro) e marítimos (barcos a vapor). Consequentemente, esta nova época será regida pelos interesses da indústria e das finanças, por vezes amplamente dominante, e não mais das motivações dinásticas – mercantis.

Nos meados do século XIX até final dos anos 1920 mundo conheceu uma era semelhante da que temos hoje, se tomarmos em conta os fluxos de capitais através das fronteiras proporcionalmente ao PIB e o fluxo de mão-de-obra proporcionalmente à população. Os grandes investidores dominantes dos mercados na altura eram a Inglaterra e os Estados Unidos, frequentemente abalados por crises financeiras desencadeadas por qualquer alteração nas acções dos caminhos-de-ferro argentinos e ou com os títulos de tesouro de Letónia ou de

Alemanha.⁵ Não havia controlo de divisas. Devido à ligação transatlântica por cabo, em 1866 as crises financeiras em Nova Iorque fez-se sentir em Londres e Paris. Vários factores tal como invenção do barco a vapor, do telégrafo, do caminho-de-ferro e finalmente do telefone, evidenciaram a redução do tamanho de mundo «de grande» para o tamanho «médio». Naqueles tempos, (até 1914) não se exigia o passaporte para viajar. Muitos dos emigrantes que pisaram as costas americanas chegaram sem vistos. Assim, podemos chamar esta vaga como a primeira vaga do processo da globalização. O novo processo de globalização que hoje vivemos é o fruto do primeiro processo interrompido pela I e II Guerras Mundiais que culminou com a implantação do sistema internacional chamado guerra-fria que durou 43 anos até ao fim do Muro de Berlim em 1989.

A segunda vaga da globalização, que começou no pós 2ª Guerra Mundial, é marcada pelo crescimento das corporações transnacionais que exercem papel decisivo na economia mundial, no fluxo de produtos, nas transformações políticas, na integração dos mercados e uma intensa revolução nas tecnologias de informação – telefones, computadores e televisão.

As fontes de informação também se uniformizam devido ao alcance mundial e à crescente popularização dos canais de televisão por assinatura e da Internet. Só na última década, o volume de empréstimos internacionais feitos por bancos duplicou. Por volta de 1900 o fluxo de capital dos países desenvolvido para os PVD's podia medir-se em centenas de milhões de dólares e envolvia poucos países relativamente. Segundo o FMI, só em 1997 o fluxo de capitais privados do mundo desenvolvido para todos os mercados emergentes totalizou 215 biliões de dólares (Friedman, 2000).

No passado os instrumentos da integração foram a caravela, o barco à vela, o barco a vapor e o trem, seguidos do telégrafo e do telefone. A globalização recente faz-se pelos satélites e pelos computadores ligados na Internet. Se antes ela martirizou Africanos e indígenas e explorou a classe operária fabril, hoje utiliza-se do satélite, do robô e da informática, no

⁵ Ver Friedmam Thhomas L. *Compreender a Globalização* (2000,p 18)

entanto acabou com a escravatura e deu direitos aos operários, abandonando a antiga dependência do braço em favor do cérebro, elevando o padrão de vida para patamares de saúde, educação e cultura até então desconhecidos pela humanidade.

Semelhanças:

As semelhanças das duas vagas consistem nos fluxos de capitais através das fronteiras, fluxo de mão-de-obra das populações, nos grandes investidores dominantes dos mercados que são frequentemente abalados por crises financeiras. A livre circulação de pessoas e bens, que se verificou naquela altura (até 1914), dado que não se exigia o passaporte para viajar. E muitos dos emigrantes pisaram as costas americanas sem ter que apresentar o visto de entrada, tal como se verifica hoje com a criação de blocos regionais de integração económica.

Algumas diferenças:

Na segunda vaga da globalização tem-se verificado um enorme grau de intensidade com que o mundo está a uniformizar-se, dado que na primeira vaga muitos países sobretudo em vias de desenvolvimento foram deixados de fora e hoje podemos constatar que todos os países do mundo estão a aderir este processo. Segundo Stiglitz, a globalização reduziu a sensação do isolamento que se sentia nos PVD's no século passado, assim como deu acesso ao conhecimento que não estava ao alcance de muitas pessoas nestes países e nos países ricos. E em termos numéricos podemos constatar que a globalização nos últimos anos é marcada pelas crescentes transacções financeiras internacionais que exercem papel decisivo na economia mundial. Em 1900 os fluxos de capital dos países desenvolvidos para os PVD's podiam medir-se em centenas de milhões de dólares e envolviam poucos países. Só em 1997 o fluxo de capitais privado do mundo desenvolvido para todos os mercados emergentes totalizou 215 biliões de dólares.

1.4. Efeitos da Globalização

A globalização está ligada à própria evolução da sociedade e é de carácter irreversível face à necessidade de consumo de bens e serviços cada vez maiores. Com a globalização verificam-se certas características especiais que impulsionaram o seu processo, tais como a revolução da informática, que proporcionou uma extraordinária capacidade e optimização de sistema de informação, a queda das barreiras à circulação da informação, a organização e interligação do sistema financeiro internacional, a expansão dos mercados, a integração, a racionalização dos aparelhos produtivos, o crescimento da mobilidade das pessoas, de bens e de serviços, e o aumento da transparência relativa as situações reais que se vivem em cada sociedade. Dadas todas essas características, ao longo das últimas décadas, verificamos efeitos nítidos da globalização que são:

Em primeiro lugar, a contínua e progressiva alteração no sistema de governação, que limita o âmbito de acção dos Estados sobre as suas economias nacionais, limitando assim o seu poder; tornando-o simplesmente o executor de políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Como disse THUROW (1997) a globalização da economia apresenta um mundo onde forças geo-económicas extra-nacionais definem as prerrogativas das políticas económicas nacionais, perdendo, os governos nacionais, muitos dos seus instrumentos de controlo económico.⁶

Em segundo lugar, os factores positivos e negativos.

Os factores positivos. A globalização oferece muitas oportunidades necessárias tanto para países em desenvolvimento como países desenvolvidos. Isto é, tem vindo a aumentar os números das pessoas com acesso aos novos produtos, que a cada dia surgem em diversos lugares do planeta e conseqüentemente melhoram a qualidade de vida com maior diversidade

⁶ ver <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v10n1art1.pdf>, pag 4

de opções. **Factores negativos.** Apesar de todas as conquistas científicas e tecnológicas, a situação da maioria da população mundial ainda é de extrema pobreza. Há muita injustiça, desemprego e exclusão social. Por isso podemos considerar que, se representa uma oportunidade para alguns para outros pode ser uma ameaça.

1.4.1 Efeitos para os Países Desenvolvidos.

Para os países desenvolvidos, segundo o Stiglitz, “o processo da globalização proporcionou efectivamente, grandes oportunidades”. Sem dúvidas, os países desenvolvidos são os que mais beneficiaram com globalização. Em primeiro lugar, porque têm sido eles que dirigem o processo. As suas economias sendo as mais produtivas, são as que mais produzem, e as que mais inovam. Em investigação e desenvolvimento os países desenvolvidos gastaram uma quantidade enorme de recursos financeiros, tecnológicos e humanos.

1.4.2. Efeitos para os Países em Desenvolvimento.

Para os países em desenvolvimento o efeito da globalização tem sido o oposto. Por esses países não possuírem recursos necessários para a investigação e desenvolvimento de novos produtos. É de notar que o crescimento da produção e o aumento do emprego nos países industrializados ocorreu nos sectores dos serviços e de rápida mudança tecnológica. Simultaneamente os países em desenvolvimento encetaram a produção de bens manufacturados, de entre os quais se destacam os têxteis, os produtos metalúrgicos, e os consumíveis electrónicos, os quais têm conhecido uma importância crescente no total das suas exportações.

Apesar de um aumento absoluto no comércio internacional ao nível global, várias são as diferenças na evolução em termos regionais. Entre as décadas de 40 e 90 do século passado,

enquanto que as quotas da Europa Ocidental e da América do Norte permaneceram relativamente estáveis, assistiu-se ao aumento do peso do Sudeste Asiático e à redução dos pesos da América Latina e África.

Segundo a análise da OMC a história de sucesso dos Tigres Asiáticos, com taxas de crescimento que oscilaram entre os 5% e 7% a partir de 1960 e até à crise asiática, e que permitiram uma ampla redução da pobreza nesta região, deveu-se à globalização. No entanto, esta interpretação da realidade não é compartilhada por todos os autores, que referem que o êxito desta região se deveu a condições institucionais específicas.

Também a composição do comércio se alterou neste período. Enquanto que as produções agrícolas experimentaram uma redução drástica, as indústrias e mais recentemente os serviços têm vindo a ter uma importância crescente.

Deste modo, para alguns autores, existe uma concentração dos fluxos de comércio mundiais, do qual resulta a marginalização dos países mais pobres e o aumento das desigualdades nos rendimentos a nível mundial, questionando, deste modo, a relação positiva entre comércio internacional e crescimento económico no caso dos países menos desenvolvidos. É de salientar que a posição dos países em desenvolvimento pode ser prejudicada pela manipulação dos termos de troca por parte dos "países grandes", pela inexistência de protecção às indústrias nascentes nos PVD's, pela existência de concorrência imperfeita e a adopção de políticas comerciais estratégicas nos países mais desenvolvidos.

1.4.3. Efeitos para os Países menos Desenvolvidos: o caso de África

Apesar da grande maioria dos autores defenderem que a globalização acarreta benefícios generalizados, existe também alguma unanimidade em eleger a África Subsariana como a

única região do Mundo que, em termo líquidos, verá o seu bem-estar económico reduzir-se com a implementação da liberalização do comércio.

De facto, segundo Hertel, Masters e Elbehri, (1998) a liberalização do comércio *terá* um pequeno impacto negativo sobre o bem-estar económico de África. De acordo com as projecções efectuadas por estes autores, a redução do rendimento real será de cerca de 0.1% ao ano, resultando, portanto, numa redução do volume do comércio. Esta situação deve-se à substituição das importações Africanas para a União Europeia por importações mais baratas do Sudeste Asiático, resultantes da erosão dos privilégios da Convenção de Lomé e da eliminação das quotas do acordo multi-fibras.

As razões encontradas para esta redução prendem-se com perdas no sector têxtil, com o impacto negativo das restrições comerciais e ainda com a deterioração dos termos de troca. No entanto, para alguns autores, a redução da importância relativa da África Sub-Sahariana no comércio mundial deve-se não apenas a perdas de competitividade nos seus sectores de exportação tradicionais, mas também à sua incapacidade de diversificar a base de exportações. Como resultado muitos países Africanos tornaram-se altamente dependentes de um pequeno número de produtos exportáveis. Segundo estes mesmos autores, esta situação deve-se à manutenção das restrições ao comércio e as importantes barreiras alfandegárias.

Apesar do decréscimo do comércio da África Sub-Sahariana, Romer e Frankel (1999) defendem que se assistirá ao aumento do comércio Africano com a Ásia, fruto de um ligeiro aumento da produção de cereais e de outros produtos agrícolas, silvicultura, e pesca. Este aumento deverá ser potenciado pelo aumento da investigação e desenvolvimento neste sector, o qual implicará ganhos de produtividade e competitividade. A aposta na agricultura beneficiará também do elevado crescimento da população agrícola neste continente.

De acordo com os autores, as perdas Africanas são passíveis de serem reduzidas através de reformas comerciais, institucionais e nos transportes. Estas permitiriam ganhos substanciais

com baixos custos, e um aumento do rendimento real de África Sub-Sahariana em cerca de 1.5% ao ano a partir de 2005.

Assim, os autores aconselham à abertura ao comércio internacional com os países asiáticos, bem como à especialização no sector agrícola. Esta estratégia agrícola virada para a Ásia conjugada com as reformas já referidas permitiria um novo posicionamento de África na economia mundial.

A constatação da existência de significativos ganhos de comércio advindos deste sector, permite concluir que qualquer tentativa de crescimento económico centrado apenas na exportação de manufacturas dificilmente será bem sucedida.

Para muitos a globalização só veio agravar a situação de degradação acelerada das suas condições de existências, ressurgimento e permanência do desemprego, precariedade das condições primárias de existência, destruição da protecção social, injustiça, ressurgimento da fome ou, mesmo onde não há fome, novas epidemias, nova decadência, tanto individual quanto social, arrogância das classes possuidoras e de uma sociedade que volta a ostentar a riqueza de uns aos olhos de todos os que não têm nada. De acordo com Stiglitz “ as políticas importadas pelo FMI nitidamente não funcionaram; os resultados não foram aqueles que os países haviam sido levados a crer. As políticas impostas contribuíram para o fracasso”. Mesmo dentro de cada país as desigualdades são igualmente gritantes e têm-se vindo a acentuar.

Sem dúvida a globalização traz imensos benefícios à sociedade como um todo, mas aumenta a diferença de qualidade de vida entre ricos e pobres.

Nos quadros, apresentados a seguir, podemos constatar uma grande desigualdade⁷ nas diferentes esferas da sociedade que está inserida no processo da globalização.

⁷ Segundo Marçal Grilo, a riqueza (os activos) dos 358 mais ricos homens do mundo é maior que a riqueza combinada de 600 milhões de habitantes dos países menos desenvolvidos.

- 1,3 biliões de pessoas - 22% da população mundial vivem abaixo do nível mínimo de pobreza

- 841 milhões vivem sub alimentados

- 880 milhões não têm acesso a cuidados de saúde

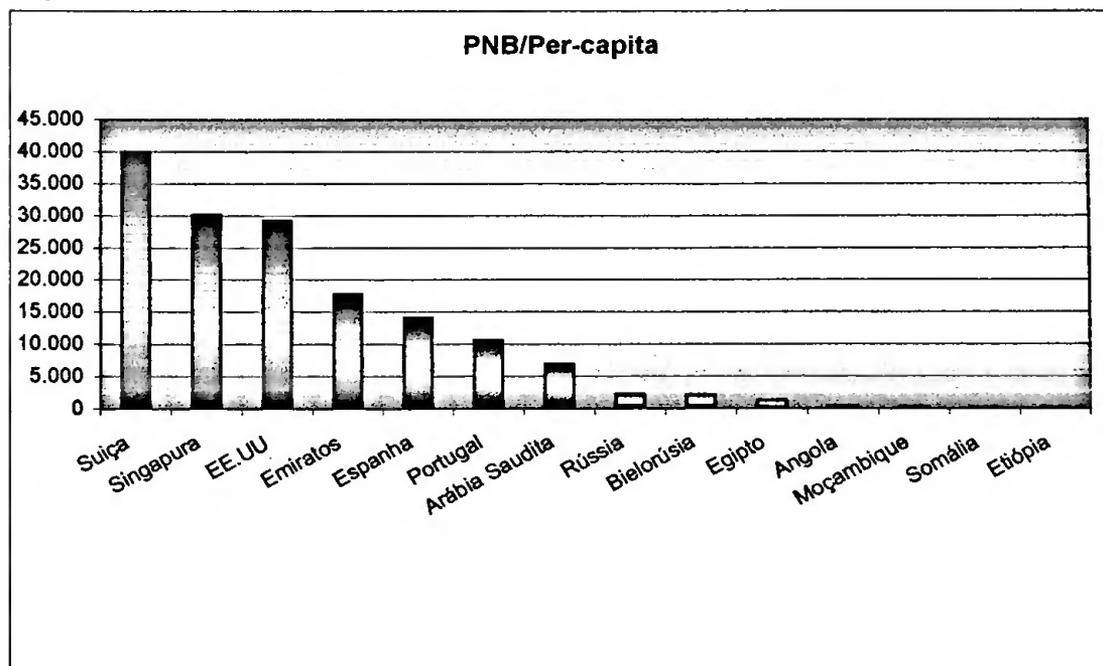
Indicadores das desigualdades entre países

Quadro 1.1

PNB/per-capita	Expresso em USD
Suiça	39.980
Singapura	30.170
EE.UU	29.240
Emiratos	17.870
Espanha	14.100
Portugal	10.670
Arábia Saudita	6.910
Rússia	2.260
Bielo-Rússia	2.180
Egipto	1.290
Angola	380
Moçambique	210
Somália	110
Etiópia	100

Fonte: quadro feito com base nos dados de Marçal Grilo (2003) sem a data corrente de curdo de dólar

Gráfico 1



Fonte: gráfico feito com base nos dados de Marçal Grilo (2003)

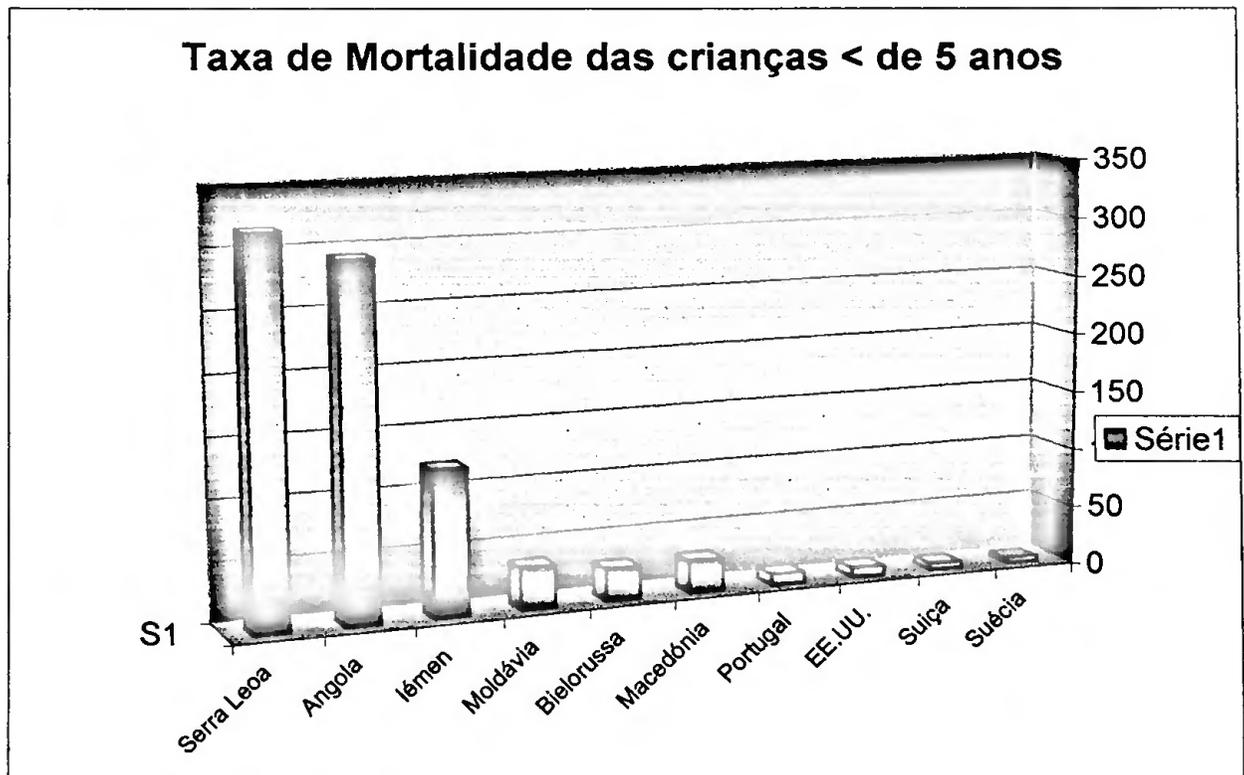
- 2,6 biliões não têm saneamento básico
- 113 milhões não têm acesso a escola - 2/3 raparigas
- 30.000 morêm por dia devido a doenças evitáveis.

Quadro 1.2

Taxa de Mortalidade das crianças com menos de 5 anos	Expresso em permilagem (‰)
Serra Leoa	316
Angola	292
Iémen	121
Moldávia	35
BieloRussia	27
Macedónia	27
Portugal	9
EE.UU.	8
Suíça	5
Suécia	4

Fonte: Marçal Grilo (2003)

Gráfico 2



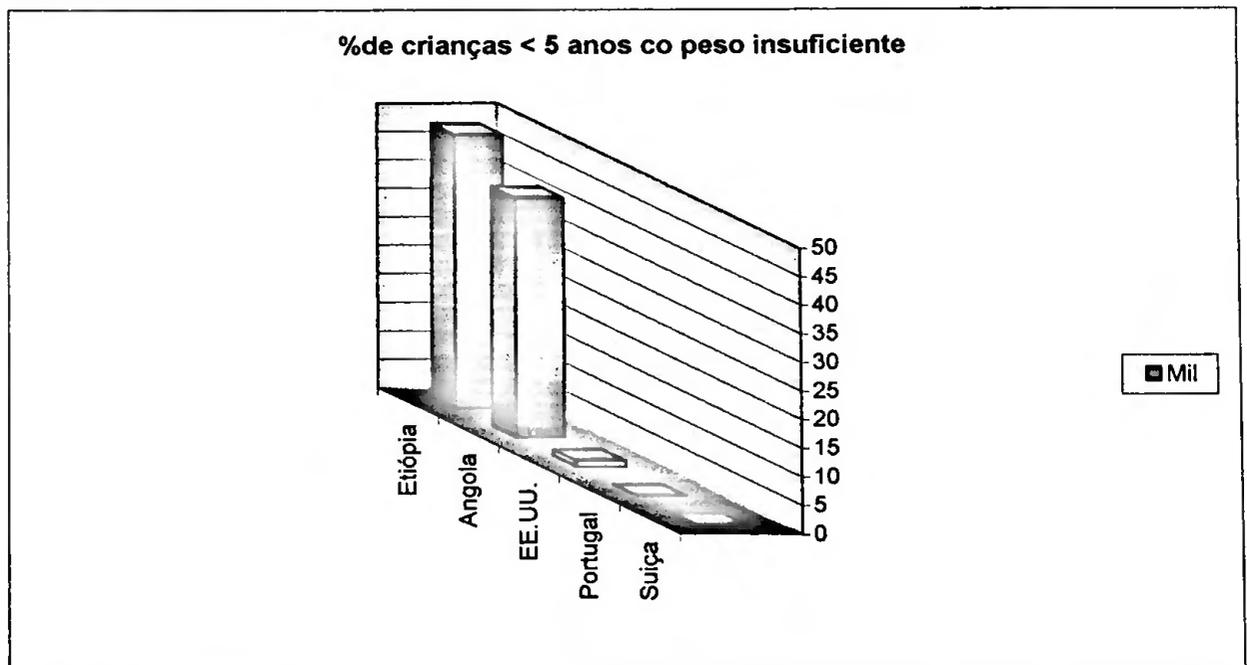
Fonte: Marçal Grilo (2003)

Quadro 1.3

Percentagem de Crianças <5 anos com peso insuficiente	Expresso em permilagem (‰)
Etiópia	48
Angola	42
EE.UU.	1
Portugal	-
Suiça	-

Fonte: Marçal Grilo (2003)

Gráfico 3



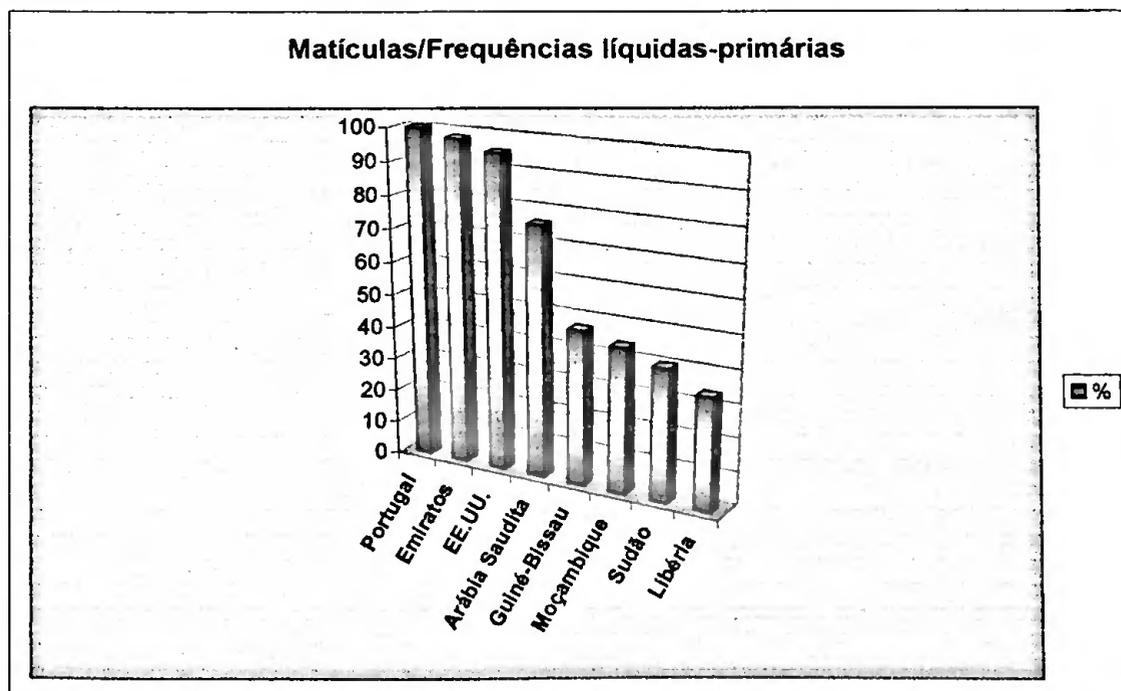
Fonte: Marçal Grilo (2003)

Quadro 1.4

Matrículas/ Freqüências líquidas - Primária	Expresso em %
Portugal	100
Emiratos	98
EE.UU.	95
Arábia Saudita	76
Guiné-Bissau	47
Moçambique	44
Sudão	40
Libéria	34

Fonte: Marçal Grilo (2003)

Gráfico 4



Fonte: Marçal Grilo (2003)

Os quadros⁸ e gráficos de indicadores das desigualdades entre países acima ilustrados demonstram claramente que os países pobres, apesar de certos benefícios e vantagens que a globalização lhes proporcionam, são os que mais sofrem com seus efeitos.

1.4.4. Efeito no Crescimento

O processo da globalização é um fenómeno multifacetado cujos efeitos se fazem sentir em vários campos, como já tínhamos referido anteriormente. De acordo com vários estudos efectuados, o maior beneficiário dos efeitos da globalização são os países desenvolvidos. Existe um efeito muito positivo em relação à abertura económica, actividades de investimento e crescimento económico. Existe uma relação entre diversos factores da globalização, e o crescimento económico. Teoricamente temos os modelos tradicionais do crescimento e os novos modelos de crescimento.

Modelos tradicionais do crescimento, estes baseiam-se na acumulação de capital, tomando os níveis de poupança interna como motor do crescimento. De acordo com este modelo a globalização tem um efeito positivo no crescimento, na medida em que proporciona a acumulação de capital, fundamental ao crescimento económico. Os efeitos positivos da globalização sobre o crescimento tendem a desaparecer com a reestruturação e integração económica. Com o processo da globalização as economias abertas tendem a crescer mais que as economias fechadas. O que implica o aparecimento de novos modelos de crescimento.

Novos modelos de crescimento explicam que os efeitos de crescimento se verificam mediante a acção das forças de mercado através do processo de aprendizagem tecnológica. Deste modo, a abertura comercial surge como o promotor do crescimento nos países desenvolvidos, visto que proporciona a difusão da inovação tecnológica. Por outro lado, há

⁸ Os quadros acima apresentados são tiradas do texto do **E. Marçal Grilo**, apresentado aos alunos do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional na sequência da conferência que teve lugar no ISEG no dia 20 de Março de 2003.

um retardamento da difusão tecnológica nos países menos avançados devido ao fraco desenvolvimento das forças de mercado.

De acordo com os dois modelos os países mais favorecidos são os países mais avançados dado que podem investir em indústrias de tecnologias avançadas. Isso faz com que exista uma grande diferença no crescimento entre os países ricos e pobres. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano, (1996) “ se as tendências actuais continuarem, as disparidades económicas entre os países industrializados e nações em desenvolvimento irão passar de injustas para desumanas”. Apesar do crescimento económico que se verifica nos países desenvolvidos, muitos dos países em desenvolvimento ainda estão muito longe deste crescimento. Atendendo ao princípio de vantagem comparativa, o comércio permite aos países especializarem-se na produção dos bens, com custos relativos mais baixos o que possibilita uma melhor afectação dos recursos. Consequentemente, aumentam o investimento, a produção mundial e os fluxos internacionais de capitais. Baseando nessa teoria, a globalização veio aumentar o desnível a favor dos países mais desenvolvidos, dado que esses países possuem meios que permitem melhorar o processo produtivo numa forma eficaz, mais rápida e com custos menores. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano, apesar de uma onda espectacular no crescimento económico em quinze países nas últimas três décadas, 16 biliões de pessoas foram deixadas para trás e estão pior do que há quinze anos.⁹ E durante os anos de 1975/85 o PNB a nível mundial cresceu cerca de 40%, mas este crescimento só beneficiou uma minoria dos países. Ao mesmo tempo, o número de pobres em todo mundo cresceu cerca de 17%. Actualmente, os bens de 358 multimilionários mundiais ultrapassa em larga escala os rendimentos anuais de conjunto de países que totalizam perto de metade -45%- da população mundial.

⁹ Ver <http://www.undp.org.br/HDR/hdr96/hdr1.htm>

1.4.5. Efeitos no Ambiente

Alguns desses efeitos têm sido negativos e outros, positivos como nas outras áreas.

Hoje em dia, um mesmo produto final é feito com materiais, peças e componentes produzidos em várias partes do planeta. Produzem-se os componentes onde os custos são mais baixos. E os factores que implicam os custos de produção incluem as exigências ambientais do país em que está instalada a fábrica. Este facto tem provocado em muitos casos um processo de deslocalização industrial. Indústrias são rapidamente montadas em locais onde factores como disponibilidade de mão-de-obra, salários, impostos, facilidades de transporte e exigências ambientais, entre outros, permitem maiores lucros.

Há uma clara evidência que os países desenvolvidos tendem a concentrar a actividades ligadas ao desenvolvimento de tecnologias, à engenharia de produtos e à comercialização nos seus próprios países. Por outro lado, tendem a concentrar nos países menos desenvolvidos as actividades de produção, onde a mão-de-obra é mais barata e com uma fraca regulamentação no que diz respeito à protecção ao meio ambiente. Essa tendência poderá comprometer o cumprimento de metas de redução da produção de gases decorrentes da queima de combustíveis fósseis, agravadores do "efeito estufa", pois a diminuição das emissões nos países mais ricos poderá ser anulada com o seu crescimento nos países em processo de industrialização. O que demonstra que a falta de cuidados ambientais pode ser prejudicial para os países pobres assim como para os países ricos. "O desenvolvimento sustentável global requer que os que dispõem de maior riqueza adoptem estilos de vida mais coerentes com os meios ecológicos do planeta, no consumo de energia."¹⁰ Nos últimos tempos tem crescido o comércio internacional de recursos naturais, como madeiras e animais. Este comércio tem provocado sérios danos ao meio ambiente, colocando em risco a preservação ambiental.

¹⁰ "O Nosso Futuro Comum", Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (W.C.E.D.), Meriberica/Liber, Lisboa, 1987, pp. 17-18.

A existência de um mercado de dimensões globais, com poder aquisitivo elevado é responsável por uma boa parte do avanço da devastação das florestas tropicais¹¹ e equatoriais na Malásia, Indonésia, África e, mais recentemente, na América do Sul. A tradicional medicina chinesa, em cuja clientela se incluem ricos de todo o mundo, estimula a caça de exemplares remanescentes de tigres, serpentes, rinocerontes e outros animais em vias de extinção. A globalização facilita o trânsito dessas mercadorias, cujos altos preços estimulam populações tradicionais a cometerem, inocentemente, crimes contra a natureza.

Na agricultura e na pecuária, a facilidade de importação e exportação pode levar ao uso, em países com legislação ambiental pouco restritiva ou fiscalização deficiente, de produtos químicos e técnicas lesivas ao meio ambiente, mas que proporcionam elevada produtividade a custos baixos. É o caso, por exemplo, de determinados alimentos tóxicos que, mesmo retirados de uso em países mais desenvolvidos, continuam a ser utilizados em países onde não existem sistemas eficientes de registro e controle. Os produtos agrícolas e pecuários fabricados graças a essas práticas irão concorrer deslealmente com a produção de outros países.

A medida mais eficaz para evitar ou minimizar os efeitos negativos da globalização sobre o meio ambiente seria a adoção, por todos os países, de legislações ambientais com níveis equivalentes de exigências. O fortalecimento das instituições de meio ambiente, principalmente dos órgãos encarregados de implementar e manter o cumprimento das leis, é igualmente fundamental. Para isto, seriam necessárias, além dos governos das nações dos PVD's, a assistência económica e técnica das nações mais ricas.

Estas são preocupações expressas em vários documentos, como a Agenda 21, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. No entanto, interesses económicos imediatos, aliados ao grave problema do desemprego e exclusão social,

¹¹ Abatimento de arvores, queimada de florestas, destruição de biodiversidade etc...

que hoje assola boa parte do mundo, têm dificultado o avanço de acordos e acções efectivas nesse sentido.

A globalização causou sérios problemas a quase a todos os países subdesenvolvidos, via eliminação de empregos em sectores nos quais o país não consegue competir. O estímulo à mecanização da agricultura, dispensando mão-de-obra, por outro lado, acelera o êxodo rural. Essa massa de excluídos do processo de integração da economia acaba por provocar grave degradação ambiental, principalmente no ambiente urbano, criando invasões de áreas não urbanizadas. A degradação do ambiente urbano – destruição de atributos naturais, poluição da água, perturbações da segurança e da saúde pública, prejuízos na estética urbana, etc. – resultante da perda da qualidade de vida, tanto dos novos como dos antigos moradores urbanos.

A sociedade deveria estar disposta e preparada para prover condições mínimas de subsistência aos que, provisória ou definitivamente, não se adaptassem às novas condições de acesso ao mercado de trabalho globalizado. Seria o preço a pagar pela tranquilidade pública, por usufruir os benefícios materiais, a globalização pode trazer àqueles mais aptos a obter os bens de consumo, o luxo, a comodidade e o conforto material que o sistema capitalista pode prover. Sem essa disposição da sociedade em dividir resultados, o meio ambiente como um todo sofrerá graves consequências, afectando profundamente as nossas vidas e comprometendo o nosso futuro.

A globalização oferece também efeitos positivos para o meio ambiente. Até há pouco tempo era comum a manutenção, até por empresas multinacionais, de tecnologias ultrapassadas em países mais pobres e com consumidores menos exigentes. A escala global de produção tem tornado desinteressante, sob o ponto de vista económico, esta prática. É o caso, por exemplo, das indústrias montadas nos países subdesenvolvidos.

Outro efeito positivo da globalização sobre o meio ambiente é a criação de indústrias ligadas à protecção e recuperação ambiental. Nesta lista incluem-se equipamentos de controlo da

poluição, sistemas de colecta, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos, inclusive lixo e esgoto urbanos, e novas técnicas de produção. São sectores que movimentam fortes interesses económicos, os quais acabam por influenciar os poderes públicos para que as leis ambientais sejam mais exigentes e haja instituições mais eficientes para torná-las efectivas.

CAPITULO 2 – A Regionalização e o Multilateralismo

2.1. Conceito e Motivação

O **Regionalismo** consiste nos acordos que se efectuam entre Estados e Regiões ou grupos de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais se verifica uma redução recíproca de entraves comerciais e as demais regulamentações comerciais restritivas (zona de livre comércio). Se além disso se criar uma tarifa externa comum temos a união aduaneira. Se adicionalmente houver livre circulação dos factores temos o mercado comum. A união económica pressupõe que o mercado comum adopte políticas económicas comuns a todos os membros. A união monetária exige que, além das políticas económicas comuns, haja uma política monetária comum assente ou numa moeda única (caso da zona euro) ou em taxas de câmbio irrevogavelmente fixas (podendo neste caso os países manterem as moedas nacionais). As zonas ou áreas de comércio livre, as uniões aduaneiras e os mercados comuns são as formas de integração económica predominantes nos dias de hoje. Os acordos de integração regionais põem os interesses da sua região à frente dos interesses nacionais com vista a reforçar a posição dos países membros face aos países não-membros. O processo de integração económica joga a favor de um país membro da zona integrada, onde se procuram as formas e níveis de harmonização, fazendo com que o país membro beneficie duma discriminação positiva e os países não integrantes sofrem uma discriminação negativa.

A regionalização ao eliminar ou reduzir as tarifas promove a abertura do mercado regional, fazendo com que aumentem as importações e exportações intra-região.

O **Multilateralismo** está relacionado com o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comercio) e a OMC (Organização Mundial de Comércio). O objectivo do multilateralismo é o comércio livre entre todos os países de acordo com regras livremente acordados. Os acordos internacionais encarregados de regular o comércio de forma a produzir, supostamente, um maior equilíbrio nas trocas entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento são feitos sob a égide da OMC.

Apesar das modificações trazidas pela globalização, o sistema multilateral de comércio enfrenta o crescente regionalismo, evidenciado pelo aumento substancial de acordos regionais resultante da modificação do modelo de cooperação comercial, de estrutura multilateral e bilateral, pela adopção do sistema de regionalização do comércio internacional, cuja motivações são:¹²

- a) *Alargamento de mercados e obtenção de ganhos comerciais.*
- b) *Aumento de coesão política.*

Fazendo do regionalismo um factor estabilidade política regional e mecanismo para criação de sensibilidade aos problemas económicos dos países membros.

- c) *Aumentar a eficiência económica na determinação e reestruturação industrial com vista a especialização e reforço dos elos intra e inter-regionais, tanto ao nível político como económico, proporcionando assim uma maior liberdade de trocas.*

A questão do regionalismo não é recente, porém é um fenómeno que se encontra em expansão. Representa um desafio ao sistema multilateral de comércio, regulamentado pelo GATT-OMC, símbolo do multilateralismo, que através do princípio da nação mais favorecida, procura dismantelar os esquemas de protecção originados pelos anos de conflito. Desde o princípio, o GATT contém uma excepção à cláusula da NMF -nação mais favorecida:

¹² Ver, E. R. Medeiros *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, pag. 97 Lisboa 1998

o artigo XXIV, segundo o qual é permitida a constituição de zonas de comércio livre ou uniões aduaneiras entre países membros do Acordo. Para muitos, a introdução do Artigo XXIV, conferiu ao regionalismo a possibilidade de ser praticado no âmbito do multilateralismo, cujo propósito é fazer desaparecer as restrições ao livre-câmbio, diminuindo as barreiras alfandegárias e as medidas de protecção aos mercados. Este artigo estabelece ainda que os países membros de ZCL (Zonas de Comércio Livre) não podem aumentar as suas tarifas aduaneiras e que os membros de uma UA (União Aduaneira), ao estabelecer uma pauta aduaneira comum, não podem aumentar o valor médio das tarifas face a situação inicial. Para tanto foi introduzido o método das rondas multilaterais periódicas de negociações, com objectivo de eliminar ou reduzir os obstáculos ao comércio internacional e fiscalizar o cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes das transacções mundiais.

Nas décadas de 1950 e 1960 o regionalismo foi tomando forma e as antigas colónias passaram a buscar, por meio da integração, uma maneira de desenvolver as suas economias. Contudo, após a experiência positiva da Comunidade Económica Europeia (CEE), especialmente nos meados dos anos oitenta, o regionalismo ganhou ainda maior importância e proliferou.

2.2. As Duas Vagas de regionalização

Nos finais do séc. XX constatamos que coincidiram por um lado a globalização e por outro o regionalismo continental.

Ao analisar o processo de regionalismo pode-se constatar duas vagas.

A primeira vaga de regionalização

A primeira vaga de regionalização, decorrem entre os finais dos anos 50 e os anos 70, por proliferação de formação de organizações comerciais regionais, tomando como exemplo o caso de CEE. E naturalmente tudo o que é começo traduz-se numa aprendizagem e dessa

aprendizagem verificaram-se alguns fracassos como a extinção e estagnação de acordos regionais no final da década 60.

Por ordem cronológica os blocos da primeira vaga do regionalismo são seguintes:

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).....	1951
Comunidade Económica Europeia (CEE).....	1957
Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEAA).....	1957
Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)	1960
Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA)	1960
Associação Latino-Americana de Comércio Livre	1960
União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC).....	1964
Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).....	1967
Mercado Comum das Caraíbas (CARICOM)	1968
Pacto Andino	1969
Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste	1975

A segunda vaga de regionalização

A questão marcante é a alteração da posição política dos EUA: de uma posição de reserva face aos blocos regionais, nomeadamente face à CEE, os EUA passaram eles próprios a integrar um bloco regional, a NAFTA (Zona de Comércio Livre entre os EUA, o Canadá e o México). Assistimos, também, a uma proliferação de acordos regionais onde por razões conjunturais se passou de uma situação de “too much for too little trading”¹³.

Um dos principais pilares para o sucesso do regionalismo nesta segunda vaga foram as Áreas de Comércio Livre (ACL) e a inserção em massa dos países menos avançados no mercado internacional, em que passaram a ter inclusivamente uma atitude mais pró-activa na adesão às

¹³ LAHIRI, Sajal; controversy: regionalism versus multilateralism in Economic Journal pag.127

trocas multilaterais que vieram substituir a política de substituição de importação, que marcava a grande parte do desenvolvimento dos PVD's nas décadas 50 e 60.

Uma das razões da proliferação dos blocos regionais (nascimento de outros blocos regionais, tais como na Ásia, América Latina e em África), deveu-se ao aparecimento de blocos em que se integravam os EUA e os principais países europeus. Há, nesta segunda vaga de regionalização, um interesse cada vez maior de integrar as economias periféricas na economia mundial e também uma tentativa de fazer funcionar um novo sistema universal multilateral (OMC) compatível com o funcionamento de soluções regionalistas em vigor, sob a forma de um regionalismo aberto. Em contraposição, alguns teóricos defendem que este segundo regionalismo é uma ameaça ao sistema comercial multilateral.

A segunda vaga de regionalismo, segundo de J. Bhagwati (1992), deu-se entre os finais dos anos 80 e anos 90. E Os seus principais blocos são:

Pacto Andino.....	1987
Acordo de Comércio Livre Canadá - E.U.A.....	1988
União Árabe do Magrebe (UMA).....	1989
Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)	1991
Mercado Comum do Sul (Mercosul).....	1991
Espaço Económico Europeu (EEE)	1992
Acordo de Comércio Livre Norte-Americano (NAFTA).....	1992
Acordo de Comércio Livre da Europa Central (CEFTA).....	1992
União Europeia (Tratado de Maastricht).....	1993
Acordo de Comércio Livre Grupo dos Três	1994

Entre essas duas vagas de formação de blocos regionais económicos há um período de acalmia entre 1978 e 1987, caracterizado apenas pela consolidação e/ou alargamentos em acordos já existentes.

A principal característica da segunda vaga do regionalismo é a proliferação e o envolvimento em massa dos países menos avançados.

Dada essa proliferação rápida dos blocos regionais, surgem as preocupações relativas ao rumo do processo multilateral, e o receio dos blocos regionais poderem alterar os padrões de comércio internacional e as negociações no seio do GATT/OMC: alterar a correlação de forças.

Desta preocupação podemos identificar dois pólos de opiniões diferentes sobre o regionalismo:

1. os que vêm de forma crítica, defendendo a reformulação do GATT, mais precisamente do artigo XXIV.
2. os que vêm o regionalismo como uma forma alternativa de atingir a liberalização do comércio mundial.

Paul Krugman (1992) encara com algum optimismo as iniciativas de integração, defendendo que os actuais blocos, designadamente a União Europeia (EU), NAFTA e ASEAN, estão a ser formados entre países que designa por parceiros de comércio "naturais", isto é, países que mesmo na ausência de qualquer esquema de integração, desenvolveriam o grosso das suas relações comerciais entre si. São blocos que integram países com reduzidos custos de transporte e comunicação entre si, o que facilita em grande escala o comércio entre eles. De acordo com Krugman, com blocos deste tipo, qualquer iniciativa de integração terá poucas probabilidades de reduzir o bem-estar mundial, já que o risco de desvio de comércio é mínimo. E argumenta ainda, que, a tendência de integração em 3 grandes blocos só pode trazer bom resultado para o bem-estar mundial, dado que resulta em ganhos de criação de comércio e eficiência. O modelo de Krugman é um modelo muito simples que parte das seguintes hipóteses:

- o mundo é constituído por inúmeras unidades geográficas de pequenas dimensões, cada uma especializada na produção de um bem distinto;

- os produtos provenientes de cada uma das unidades entram de forma equilibrada na procura mundial, e têm uma elasticidade de substituição constante entre si;
- o mundo está organizado em diversos blocos regionais, todos com igual dimensão económica. Dentro de cada bloco o comércio está liberalizado, porém o comércio intra-bloco está sujeito a uma tarifa ad-valorem (ou seja, o preço das importações é igual a $p(1+t)$, sendo p o preço mundial e t o valor da tarifa).

Assume-se que os blocos estabelecem o valor das tarifas de forma não cooperativa, de forma a maximizarem o seu bem-estar.

Estas hipóteses afastam-se significativamente da realidade, porém, Krugman argumenta que os resultados do modelo são robustos, e prevalecem mesmo quando alteramos algumas das hipóteses iniciais.

Assim, e de acordo com as hipóteses assumidas, a consolidação em blocos regionais conduz a efeitos de criação e desvio de comércio. A criação de comércio ocorre porque o comércio dentro de cada bloco deixa de estar sujeito a tarifas aduaneiras, o desvio de comércio ocorre tal como está previsto pela teoria tradicional, mas também porque a integração em blocos maiores, que estabelecem a sua pauta aduaneira comum de forma não cooperativa, conduz a um aumento dos níveis de protecção. Ou seja, blocos maiores possuem maior poder de mercado, e utilizam esse poder de mercado para maximizar o seu bem-estar, o que na prática se traduz em tarifas aduaneiras mais elevadas.

Tal como a teoria do comércio internacional já havia previsto, Krugman conclui que a integração em blocos regionais tem um efeito ambíguo sobre o bem-estar global, se tomarmos em conta a análise da relação entre o número de blocos e o nível de bem-estar mundial. Krugman salientou, ainda que o bem-estar mundial seria maximizado, em duas situações limite: um único bloco ou um número de blocos igual ao número de unidades geográficas. Ou seja, numa situação em que todo o planeta estivesse integrado num único bloco, o que equivale à liberalização do comércio à escala mundial, ou quando o número de blocos fosse

tão grande quanto o número de países, o que se traduziria num poder de mercado muito reduzido para cada bloco, e portanto num nível de protecção também bastante reduzido.

A conclusão mais interessante é que o número de blocos perante o qual o bem-estar mundial seria minimizado corresponde a 3, o que revela algumas semelhanças com a realidade do panorama do comércio internacional actual. Sustenta ainda, que este resultado se mantém, mesmo quando assumimos que os níveis de protecção aduaneira se mantêm constantes, isto é, mesmo que os blocos não utilizem o seu poder de mercado, o número de blocos que minimiza o bem-estar mundial corresponde a 3.

Resta, contudo, a dúvida se a hipótese de simetria de blocos será assim tão absurda face à realidade actual, será que os 3 blocos, já mencionados anteriormente não possuem uma dimensão económica semelhante?

Para além da hipótese de simetria de blocos, este modelo bastante simplificado do comércio internacional, parte do pressuposto de que os blocos fixam as suas tarifas de acordo com um processo não cooperativo, de forma a maximizar o bem-estar. Krugman salienta que estas são hipóteses pouco razoáveis do ponto de vista prático, já que na realidade se observam níveis de protecção bastante inferiores aos previstos pelo modelo. De facto, a maioria dos governos define a sua política comercial, não de acordo com um critério de maximização de bem-estar (porque se assim fosse a maior parte dos países não imporiam qualquer tipo de restrição ao comércio), mas dedicando particular atenção aos interesses dos produtores, designadamente aos produtores de bens exportáveis e aos produtores de bens concorrentes com importações. Isto acontece porque os ganhos para o consumidor são difusos, o que torna mais difícil a sua organização política, ao passo que os ganhos para os produtores se encontram concentrados, o que constitui um incentivo à formação de grupos de pressão capazes de influenciar as decisões governamentais.

Assim, tomando em conta que os governos não definem a sua política comercial de forma não cooperativa, nem de forma a maximizar o bem-estar social, quais as implicações das iniciativas de integração regional para o processo multilateral? Esquecendo as considerações sobre os efeitos que os blocos de integração possam ou não ter sobre o bem-estar mundial o autor debruça-se sobre a problemática do processo de decisão multilateral e a forma como este pode ser condicionado pelo regionalismo.

O autor considera que o processo de decisão no seio de um organismo multilateral só poderá ser efectiva com o cumprimento das regras por parte dos parceiros comerciais e que o não cumprimento das regras conduzirá a sanções. Portanto, o processo de decisão multilateral está pendente da capacidade que os seus membros têm de observar o comportamento uns dos outros, e da credibilidade das decisões tomadas.

Num mundo em que as barreiras assumem formas cada vez mais subtis, e por vezes insuficientemente regulamentadas, a capacidade de observar o comportamento de cada país face às regras do GATT torna-se bastante menor, resultando em dificuldades acrescidas para o processo negociais (menor capacidade de identificar os infractores traduz-se num menor risco de sanção, o que por sua vez dificulta a implementação de qualquer decisão tomada de forma cooperativa).

Porém, Krugman argumenta que a integração em blocos regionais pode simplificar o processo negocial no seio da OMC, dado que resultaria um menor número de participantes. Por outro lado, defende que a existência de blocos regionais torna menos relevante o risco de uma guerra comercial, dado que perante a hipótese de blocos de comércio naturais, os efeitos de uma situação deste tipo seriam poucas. Assim, se tomarmos em conta que para os blocos maiores a tentação de aumentar as barreiras proteccionistas é maior, podemos constatar que o regionalismo pode dificultar a sustentabilidade de um organismo multilateral de cooperação. Antes que ter efeito ambíguo sobre o multilateralismo, ou seja, sobre os esforços de liberalização internacional.

Em suma, Krugman, defende que na existência de blocos de comércio naturais, os movimentos de integração terão menor probabilidade de resultar em desvio de comércio. Ou seja, o bem-estar mundial não sairá prejudicado, por outro lado, defende que o regionalismo tem um impacto de sinal indefinido sobre o processo multilateral¹⁴.

Assim, num contexto em que o processo de decisão multilateral se torna cada vez mais complexo, a esfera regional surge como alternativa para as negociações de política comercial, o que no entender deste autor, não tem necessariamente um efeito negativo sobre o bem-estar mundial.

Com opiniões diametralmente opostas às de Krugman, Deepak Lal (1993) e Jagdish Bhagwati (1992) assumem uma posição pessimista face ao regionalismo. De facto, no seu artigo "Regionalism versus Multilateralism", Bhagwati critica de forma contundente o argumento dos blocos de comércio naturais, defendendo que este tipo de análise parte de pressupostos errados, já que assume que países com maior proporção de comércio internacional entre eles, derivam maior bem-estar da constituição de uma Zona de Comércio Livre / União Aduaneira (ZCL/UA), e por outro lado que países geograficamente próximos registam maior proporção de comércio intra-Estados.

A primeira premissa está errada, na medida em que não leva em conta possíveis efeitos de trocas entre produtos de países membros do bloco e produtos de países não membros. Ou seja, não se deve ter em atenção apenas a quota de importações provenientes de países membros do bloco como critério para definição de parceiro natural de comércio, mas também o grau de troca entre produtos de países não membros e países membros. Já que se este grau for alto, a

¹⁴ KRUGMAN, Paul (1992), Regionalism versus multilateralism: analytical notes in New Dimensions in Regional integration.

criação de um bloco regional terá um potencial enorme de diversão de comércio, podendo assim resultar em menores níveis de bem-estar.

Por outro lado, não podemos inferir que Estados geograficamente próximos são precisamente aqueles com maior nível de comércio intra-Estados, já que as fronteiras tanto podem funcionar como factor dissuasor ou encorajador de comércio, tomando em conta vejam-se as relações históricas entre Israel e os EUA, por exemplo.

Deste modo o autor propõe uma reformulação do artigo XXIV, de forma a assegurar que futuros movimentos de integração não resultem em menores níveis de bem-estar.

Uma das propostas de reformulação que considera prevê a instituição de disciplinas que minimizem os feitos de desvio de comércio. Ou seja, disciplinas que garantam que as tarifas aduaneiras face a países não membros de qualquer bloco regional sejam reduzidas e não aumentadas.

Assim, todas as iniciativas de integração teriam que assumir a forma de uma União Aduaneira, cuja pauta externa comum seria tão baixa quanto a do país membro com menores tarifas aduaneiras. Por outro lado, o autor defende maior disciplina no uso de instrumentos como acções anti-dumping ou restrições voluntárias às exportações. Caso contrário incorre-se no risco da proliferação de um regionalismo cada vez mais discriminatório.

Uma outra proposta prevê uma análise caso a caso, isto é, cada proposta de UA ou ZCL teria de ser avaliada individualmente, e de acordo com o seu potencial de criação de comércio face ao seu potencial de diversão de comércio.

Embora a solução preconizada por Bhagwati seja a primeira, este não hesita em defender uma combinação das duas propostas como uma forma mais eficaz de combater os efeitos de desvio de comércio, sustentando que as duas propostas se complementam, não devendo ser vistas como soluções alternativas.

Para além dos efeitos estáticos originados pelo regionalismo, Bhagwati procura identificar quais as consequências dinâmicas deste tipo de movimento, buscando uma resposta para a

questão: será o regionalismo uma forma alternativa de atingir a liberalização do comércio internacional?

Pensando num processo de integração como algo dinâmico, que pode ser aprofundado e alargado, e em última análise, conduzir à integração de todos os países num único bloco, Bhagwati chega à conclusão que existem obstáculos, ou dito de outra forma, poucos incentivos à extensão dos actuais acordos regionais a outros países. Estes obstáculos estão fundamentalmente relacionados com os vários "actores" da cena do comércio internacional, entre os quais podemos distinguir os governos nacionais dos países membros de cada bloco, os grupos de interesse beneficiados pelos efeitos de desvio de comércio e os países exteriores aos blocos regionais. O primeiro grupo de agentes pode colocar entraves ao alargamento, com base no argumento de que já dispõe de um mercado suficientemente grande. Já o segundo grupo de agentes terá todo o interesse em se opor à extensão do bloco regional, recorrendo ao argumento de que "este é o nosso mercado". Neste caso, o único grupo que poderá fazer pressão no sentido de um alargamento é constituído pelos governos de países exteriores ao bloco, que procurarão aderir, dado o receio dos efeitos de desvio de comércio.

Sendo assim, Bhagwati encara com extremo cepticismo a probabilidade de que o actual movimento de integração possa culminar na liberalização do comércio internacional.

Quanto a questões de eficiência, isto é, questões que se prendem com a eficácia e rapidez do processo de decisão regional face ao processo multilateral, Bhagwati apresenta inúmeros argumentos que se opõem à ideia de que o regionalismo pode resultar em processos de negociação mais simplificados. Sustentando que historicamente o GATT foi melhor sucedido que a primeira vaga de regionalismo na extinção de barreiras não alfandegárias, e por outro lado, que existe uma enorme diferença entre um acordo de integração regional (UA ou ZCL) e a sua concretização na prática.

Relativamente à interacção entre o regionalismo e o multilateralismo, enquanto Krugman argumenta que o regionalismo pode resultar numa maior simplificação do processo

multilateral, na medida em que se traduz num menor número de participantes, Bhagwati sustenta que este menor número de participantes vem alterar o equilíbrio de forças no seio do GATT, já que no âmbito de negociações bilaterais, Estados mais "fracos" poderão ser pressionados a concordar com medidas que não são exactamente óptimas do ponto de vista do bem-estar mundial, alterando também o curso das negociações multilaterais.

Por outro lado, Bhagwati salienta que o regionalismo tem um efeito negativo sobre o GATT, já que os esforços de manutenção de um acordo regional desviam esforços do processo multilateral, minimizando a sua importância. De certa forma, este argumento encontra eco na tese de Krugman, que sustenta que o risco de barreiras acrescidas no comércio internacional assume menor relevo na existência de blocos regionais.

Em síntese, Bhagwati vê a segunda vaga do regionalismo como algo prejudicial para as intenções de atingir a liberalização do comércio mundial. Apesar disso, afirma, tal como Krugman, que não se prevê um fim para esta nova onda de regionalismo, pelo que se devem procurar formas de minimizar o efeito que este possa ter sobre o bem-estar mundial e combiná-lo com o objectivo do processo multilateral. É neste sentido que defende uma reformulação do GATT e do artigo XXIV.

Deepak Lal, (1993) assume uma posição semelhante à de Bhagwati, ainda que mais moderada. Admite que os actuais blocos de integração tenham um efeito líquido de criação de comércio. Por exemplo, refere a Comunidade Europeia e a NAFTA.¹⁵

Porém, o receio de que o regionalismo venha a dificultar o processo multilateral mantém-se. Esta preocupação subsiste enquanto houver grupos de interesse beneficiados por situações de desvio de comércio, já que estes grupos terão todo o interesse em opor-se a eventuais movimentos no sentido do multilateralismo, ou seja, a reduções nos níveis de protecção, ou a uma extensão dos acordos regionais a outros países.

¹⁵ LAL, Deepak (1993), "Trade Blocs and Multilateral Free Trade" in Journal of Common Market Studies, vol.31, no.3

Por outro lado, os recursos gastos nos processos de integração regional desviam a atenção do processo multilateral. O que, associado às inevitáveis fricções que surgem entre grandes blocos, pode levar à destruição de todo o esquema multilateral.

Deepak argumenta ainda que a nova onda de regionalismo tem vindo a traduzir-se em níveis de protecção acrescidos, à medida que antigos apoiantes do processo multilateral se voltam para negociações bilaterais. De facto, os outrora defensores da liberalização do comércio internacional, estão agora a recorrer a novas formas de protecção mais subtis e difíceis de controlar (como acções anti-dumping, ou restrições voluntárias à exportação), o que se pode reflectir em danos muito superiores em termos de bem-estar, uma vez que este tipo de barreiras se traduz muitas das vezes na imposição de quotas, uma forma mais prejudicial de protecção que os direitos aduaneiros. As quotas quebram a ligação entre o nível de preços interno e o nível de preços internacional, o que impede a especialização de acordo com o princípio das vantagens comparativas, comprometendo os níveis de eficiência da economia.

De qualquer forma, é indubitável que o mundo está avançar no sentido da integração regional. Pelo que mais uma vez o que importa é questionar, quais os efeitos do regionalismo, e em particular como é que este pode afectar o bem-estar dos países menos desenvolvidos.

Deepak Lal, defende que actualmente, as perdas associadas a um aumento do protecçãoismo têm sido compensadas por uma redução dos custos de transacção e comunicação, bem como por uma crescente especialização do comércio intra-industrial, o que se traduz num crescimento do comércio internacional superior ao da produção mundial. Porém, no longo prazo, o problema persiste, e existe um risco real de que as fricções entre blocos conduzam à erosão do sistema de comércio multilateral, e portanto a uma situação de guerra comercial, que se reflectirá em menores níveis de bem-estar a nível global. Os países menos desenvolvidos poderão ser os mais afectados, já que permanecem excluídos dos principais acordos de integração regional.

Uma outra preocupação expressa pelo autor prende-se a crescente ênfase assumida pelo ambiente e a forma como este pode conduzir a níveis de protecção superiores, dada a imposição de novas regras de produção. A discriminação contra certos produtos devido à forma como estes são produzidos é completamente contrária ao espírito do GATT, prejudicando o objectivo do livre comércio internacional.

Deepak Lal, sustenta ainda que o crescente entusiasmo face aos movimentos de integração regional, torna ainda mais difícil o combate a este novo tipo de protecção, que designa por "imperialismo verde"¹⁶.

Globalmente, este autor identifica-se com os críticos ao movimento regionalista, prevendo que as actuais iniciativas de integração regional resultem em maiores níveis de protecção. Ainda para mais, uma protecção bastante mais prejudicial e difícil de controlar que os direitos aduaneiros. Por outro lado, acredita que o regionalismo pode colocar em causa o multilateralismo, prejudicando a sua sustentabilidade.

Qualquer um dos autores aqui mencionados reflecte por um lado, sobre a forma como o regionalismo afecta o bem-estar global, e por outro, sobre a forma como afecta a condução e sustentabilidade do processo multilateral.

Enquanto que Krugman sustenta que os actuais blocos regionais podem ter um efeito positivo sobre o bem-estar mundial, dado que representam blocos naturais de comércio. Deepak Lal defende que estes contribuíram para a proliferação de um novo tipo de protecção, que muitas das vezes assume a forma de quota, tendo portanto um carácter bastante mais prejudicial.

É globalmente aceite que a segunda vaga do regionalismo veio para ficar, pelo que, de acordo com Bhagwati, o que há a fazer é minimizar os custos que este pode impor ao processo

¹⁶ LAL, Deepak (1993), "Trade Blocs and Multilateral Free Trade" in Journal of Common Market Studies, vol.31, no.3

multilateral e ao bem-estar mundial. Neste sentido sugere uma reformulação do GATT, mais precisamente do artigo XXIV.

No que diz respeito à interacção entre regionalismo e multilateralismo podemos identificar diversos tipo de relação:

Krugman defende que o regionalismo tem um efeito ambíguo sobre o esquema multilateral, já que por um lado o simplifica, traduzindo-se num menor número de negociadores, e por outro o torna menos sustentável. Os custos associados a uma guerra comercial são inferiores na existência de blocos, colocando em causa os esforços envidados na prossecução da liberalização do comércio internacional.

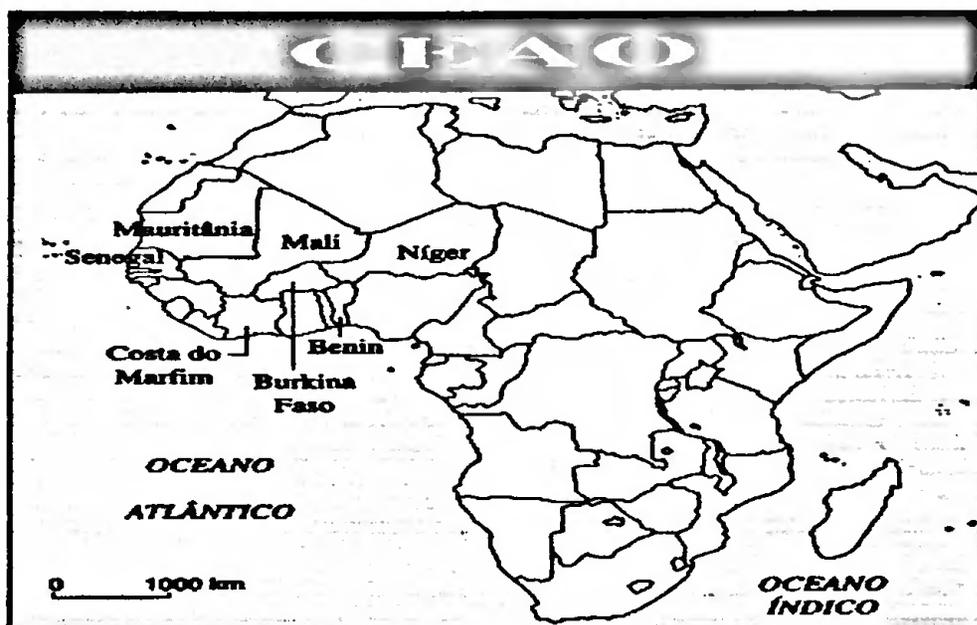
Por seu lado, Deepak Lal e Bhagwati sustentam que o regionalismo desvia recursos e atenção do processo multilateral, colocando-o em risco por essa via. Por outro lado, encaram com cepticismo a possibilidade de que este possa conduzir à liberalização mundial, já que identificam diversos obstáculos ao alargamento dos blocos regionais. Assim sendo, não existe uma resposta unânime às questões aqui levantadas, os únicos pontos que de facto reúnem algum consenso reflectem a natureza mutável das barreiras ao comércio (cujo carácter tem vindo a modificar-se, tornando mais complexo o padrão das relações internacionais) e a constatação de que a 2ª vaga de regionalismo veio para ficar.

2.3. Os Blocos Regionais

2.3.1. Os Acordos Comerciais em África

Nos últimos anos, de forma cada vez mais acentuada e com as exigências do mercado global, os acordos comerciais têm vindo a tomar forma baseado numa cultura global de consumo.

Essa cultura, por seu lado estaria sendo suportada por mercados globais, que por sua vez requer formas globais de governos, capazes de estabelecer um quadro que no tempo estimule e regule não apenas o fluxo de bens e de capitais mas ainda outras formas de interações económicas e comerciais. Com efeito, em alguns países de África há convicção de que por esse caminho poderão alcançar o progresso e o desenvolvimento sócio económico da região, actuando em blocos para fazer face aos desafios que unilateralmente seria difícil de vencer.



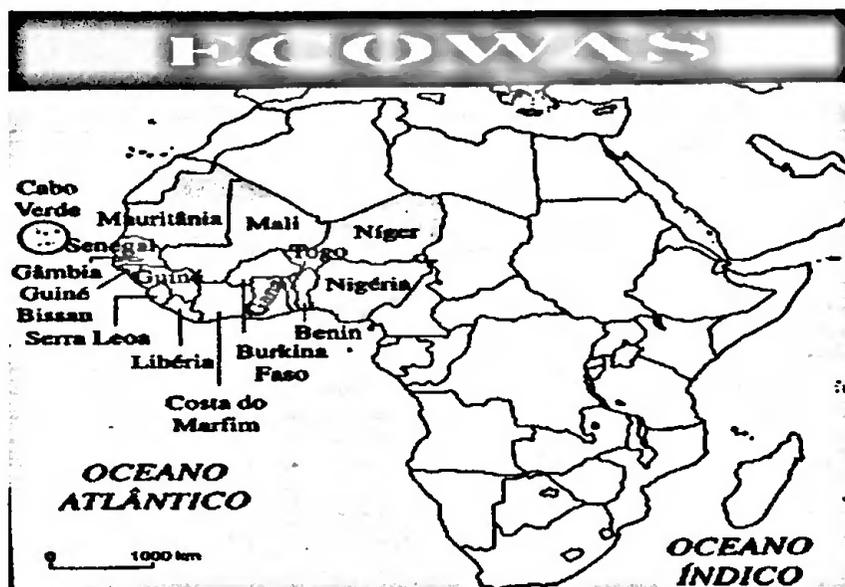
2.3.1.1. Comunidade Económica da África Ocidental

Em 16 de Abril de 1973 foi assinado o tratado que institui a CEAO, após um ano, a 1 de Janeiro de 1974 entrou em vigor. No início os países constituintes estavam todas na categoria dos PMA – países menos avançados excepto a Costa de Marfim. Estes países são:

Benin, Burkina-Faso, Costa de Marfim, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.

No passado, em 1959 por obstáculos verificados, e para fortalecer a cooperação, alguns destes países estabeleceram a união aduaneira da África Ocidental, o que depois passou a chamar-se a partir de 1966, UDEAO – União Aduaneira dos Estados da África Ocidental.

A implantação do comércio livre e a circulação de mercadorias originárias relativamente aos produtos de carácter industrial em que se aplica o esquema preferencial, são os seus principais objectivos. Existe, também, uma pauta aduaneira comum para os países não integrados.



2.3.1.2. Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste

Em Lagos, em 28 de Maio de 1975, foi assinado o tratado de ECOWAS de que fazem parte dois dos mais importantes Estados da zona (Nigéria e Costa de Marfim). A promoção da cooperação e integração numa união económica que proporciona a melhoria de vida da população e manutenção de estabilidade económica para o desenvolvimento do Continente Africano é o principal objectivo desta comunidade. As principais pretensões da União consistem na livre circulação de mercadorias e eliminação de barreiras não pautais, bem como fazer com que as moedas nacionais tenham aceitação em certos tipos de pagamentos.

Agrupando 16 países da África Ocidental que são por ordem alfabética: Benin, Burkina-Faso, Cabo-Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Com uma população de 32% relativamente ao continente Africano, uma superfície de 21% a nível do continente e com uma

produção interno bruto de 17,2%. Possui 13 Estados na categoria dos PMA e 2 Estados que fazem parte de outros dois pequenos agrupamentos regionais.

No caso da Guiné-Bissau, esta tem uma percentagem muito baixa no que diz respeito ao seu comércio total com a região. Esta situação tem-se verificado sobretudo nestes últimos anos após o conflito de 1998.

No bloco regional ECOWAS, como podemos constatar a nível do PIB a Nigéria representa o maior produtor da região com 41,6% da produção total da região e a soma de produção dos cinco países (Costa de Marfim, Gana, Guine, Nigéria e Senegal), constitui 80,2% da produção total do bloco ECOWAS, o que demonstra que nos restantes países, os valores continuam a ser muito baixos em relação à produção total da região o que nos dá a entender que ainda existe um grande défice do desenvolvimento nessa zona do bloco regional.

Quadro 1.5 Indicadores de Base da ECOWAS -1995

PAÍSES	SUPERFICE (Milhares Km2)	POPULAÇÃO O 1997	PIB 1997 (Bilhões USD)	PIB per capita (USD) 1997	% de PIB
Benin	113	5,5	1,552	282	2,4
Burkina-Faso	274	10,4	2,323	223	3,6
Cabo Verde	4	0,4	0,37	925	0,1
Costa do Marfim	323	14	10,069	719	15,6
Gambia	11	1,1	0,384	349	0,6
Gana	239	17,1	6,315	369	9,8
Guiné	246	6,6	3,686	558	5,7
Guiné-Bissau	36	1,1	0,257	234	0,4
Libéria	98	3	1,063	354	1,6
Mali	1240	9,8	2,431	248	3,8
Mauritânia	1026	2,3	1,068	464	1,7
Niger	1267	9	1,86	207	2,9
Nigéria	924	111,3	26,817	241	41,6
Senegal	197	8,5	4,867	573	7,5
Serra Leoa	72	4,2	0,824	196	1,3
Togo	57	4,1	0,981	239	1,5
TOTAL ECOWAS	6127	208,4	65,49	314	100
AFRICA	29072	602,9	376,29	624	17,2
MUNDO	133908	5292,4	22.339,66	4221	0,3

Fonte: Banco Mundial 1997¹⁷¹⁷Ver, E. R. Medeiros *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, pag. 106 Lisboa 1998

2.3.1.3. Comunidade Económica dos Estados da África Central

A Comunidade Económica dos Estados da África Central – ECCAS, foi declarada e instituída em Libreville em Dezembro de 1981. É constituída por 10 Estados membros da África Central, nove com diferentes passados coloniais. Os 10 Estados são: Burundi, Camarões, Rep. Centro Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, S. Tomé e Príncipe e Zaire.

O objectivo da união é de:

- Eliminar os obstáculos ao comércio;
- Direitos aduaneiros e restrições quantitativas;
- Estabelecer uma pauta aduaneira comum e uma política comercial comum para o não integrante.

A comunidade no continente Africano, representa uma média de 18,6% de superfície, com uma população de 12,3%, e 9,2% de PIB.

Foram depositadas grandes esperanças nos acordos comerciais regionais, o qual se deveria constituir em factor de estabilidade para a economia das comunidades africanas. Como podemos constatar, praticamente os objectivos de todas essas comunidades estão apontadas para uma única direcção, que é de fazer desaparecer os obstáculos comerciais e proporcionar um crescimento económico para cada zona de união. Também podemos constatar, que estes dois blocos, praticamente constituem em termos de superfície 39,6% quase metade do continente africano. Ainda existem dois outros blocos regionais, que não mencionamos aqui, um muito grande constituído por 12 países, e outro por 5 países, que são: o SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e UMA – União Árabe do Magreb. Num futuro próximo poderão unir-se num único bloco económico e fazer frente aos novos desafios da globalização.

Quadro 1.6 indicadores básicos de ECCAS

PAÍSES	SUPERFÍCIE (MilharesKm2)	POPULAÇÃO	PIB	PIB per capita SD)
Burundi	28	6.548.190	8.774.575	134
Camarões	475	14.303.010	86.962.301	608
Congo	342	2.782.620	19.506.166	701
Gabão	268	1.180.350	46.187.096	3.913
Guiné Equatorial	28	431.400	4.559.898	1.057
Republica Centro Africano	623	3.480.160	10.475.282	301
Rep. Democrática de Congo	26	48.216.020	55.930.583	116
Ruanda	1	8.105.000	20.262.500	250
São Tomé e Príncipe	1284	141.700	408.096	288
Chade	2345	7.282.870	16.823.430	231
TOTAL ECCAS	5420	92.471.320	269.889.926	7599
ÁFRICA	29072	602,900.000	376.290	624.133
MUNDO	133908	5.292,400.000	22.339.660	4.221.083

FONTE: UNESCO - 2001, *Afrique subsaharienne rapport régional*, pag.11

2.3.1.4. A Situação Económica do Continente Africano

O desempenho económico de África no final do séc. XX e início do séc. XXI reflecte o impacto de uma economia global mais fraca e uma repercussão mais lenta que a esperada a nível mundial. África esta ainda dependente de ajuda de exterior.

Para falar da situação económica de África, começaremos por destacar que apesar de ser composta por países muito menos desenvolvido em relação às economias avançadas, continua a ser resistente. África tem países com uma diferença de PIB per capita que vai, segundo os cálculos de UNESCO,¹⁸ de 3.913 dólares do Gabão aos 107 de Etiópia – uma diferença enorme apesar de ter havido alguma evolução em relação ao passado. Uma grande maioria de países situa-se entre os 350 e os 500 dólares. Prevê-se que o PIB real do continente africano

¹⁸ UNESCO - 2001, *Afrique subsaharienne rapport régional*, pag.11

aumente 4.6% em 2004 (4.3% em 2003). A evolução positiva dos preços dos bens primários não petrolíferos e a iniciativa de Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HIPC) explicam em parte o desenvolvimento favorável da economia do continente Africano. Em 2003 houve uma subida ligeira de inflação 10.3% em relação ao ano anterior 9.7% (2002). Prevê-se uma diminuição apreciável de 1.8% para 2004. Quanto às finanças públicas no ano 2003 houve uma redução de saldos orçamentais de 1% em relação ao ano anterior (-2.5% 2002) e prevê-se ainda uma ligeira redução para -1.2% para 2004. Em relação à Balança Corrente verificou-se uma subida de 1.5% no ano 2002. Prevê-se uma subida brusca de 4.3% para o 2004. O importante desempenho da política macroeconómica da região trouxe uma melhoria nas contas externas com uma redução do défice corrente de 145.3%¹⁹ de 2003 contra 171.7% do ano 2002 e com uma projecção para melhor com uma redução de 19.1% em relação ao ano 2003, resultado do aumento das exportações de bens, serviços e redução das importações.²⁰ A projecção para o ano 2004/05 ilustra uma melhoria para o continente africano, apesar das instabilidades políticas, condições climatéricas adversas e a alta incidência de VHI/SIDA que são os principais causadores do estrangulamento do continente africano. Por conseguinte, apesar das melhorias da África Sub-Sahariana, que deve atingir uma aceleração substancial do crescimento económico de 7%, há ainda muito caminho a percorrer. O que exige uma maior estabilidade macroeconómica e o crescimento sustentado de longo prazo.

O endividamento dos Estados, constitui o maior entrave ao desenvolvimento dos países africanos. Hoje em dia a maioria dos países africanos, praticamente, vive dos empréstimos externos como é o caso da Guiné-Bissau. Um país que possui potencialidades enormes mas que é incapaz de se desenvolver e ter bons resultados económicos. A guerra civil e alterações sucessivas de governo, sobretudo nos anos que vão de 1997 a 2003, conduziram o país ao estrangulamento e à regressão económica. O que numa forma metafórica podemos considerar

¹⁹ Expresso em % das exportações de bens e serviços

²⁰ Fonte – principais indicadores económicos, 1986-2005 Banco de Portugal

como uma epidemia do continente africano do século XX. No entanto, gostaria de chamar a atenção aos políticos africanos, e lembrar-lhes que, apesar das melhorias verificadas, ainda há um longo caminho a percorrer. A África possui recursos em abundância. A África é um continente potencial em terras férteis e ricas em recursos naturais e capacidades humanas, que se forem bem aproveitados e bem geridos, poderão resolver os problemas, proporcionando assim à África um desenvolvimento sustentável para as suas populações. Esta será uma solução política e socialmente difícil. Mas se existir a vontade de todos, não será impossível. A solução parece depender simplesmente de mudança de mentalidade no interior do próprio continente africano.

CAPITULO 3 – A Guiné – Bissau e a Globalização.

A globalização é um processo inevitável, cujos desafios exigem uma adesão e não a exclusão de qualquer país do mundo. A Guiné-Bissau, sendo um país de economia aberta dependente principalmente do comércio internacional, não escapa a este processo. As suas necessidades de importação e de exportação das matérias-primas, bens e serviços consumíveis, movimentos de pessoas, de capital, as transferências de tecnologia, comunicação, obrigam a não fugir à regra e abrir a porta ao resto do mundo, abrir as suas fronteiras e competir. Metaforicamente este processo é como um comboio, em que todos estamos sujeitos a apanhá-lo na hora certa. Caso contrário estaremos sujeitos a perder a oportunidade e ficar para trás tanto no aspecto político como económico.

3.1. Característica da Economia Guineense

A Guiné-Bissau é um país com uma população de 1.300.000 habitantes. Com uma superfície de 36,125 km², um PIB – per capita de 138.200 FCFA (210 €), a sua moeda é o franco CFA e a sua economia está dependentemente da agricultura, pescas e floresta. Durante o ano 2003 houve uma redução de taxa de crescimento de -1.2% prevendo-se para o ano 2004, com a estabilidade económica, uma subida do PIB de +3.0. A evolução do comportamento dos produtos destinados à exportação é muito importante dado o elevado peso que o sector agrícola tem no comércio externo, sobretudo a exportação de castanha de caju que este ano colocou a Guiné-Bissau no mercado internacional como 5º maior produtor mundial, representando 80% da exportação do país e empregando a esmagadora maioria da população activa (85%).

O sector das pescas constitui um importante sector de crescimento e desenvolvimento da economia guineense, fonte crescente de emprego e uma fonte de alimentação a incentivar, se atendemos ao facto da Guiné-Bissau, apesar dos seus vastos recursos, ser o país da África ocidental com menor consumo de peixe per-capita. Este sector é muito vasto dado os diversos rios que atravessam o território e a vasta costa com 220km de extensão com abundância de camarões, o badejo, a garoupa, a sardinha e atum. Este sector está dividido em dois subsectores industriais: artesanal e industrial. Propriamente dito **o primeiro** é composto por pequenos pescadores que se deslocam em canoas e que na maioria dos casos, combinam com agricultura, dedicando-se à pesca artesanal na medida em que a pesca industrial o permite e capturando o indispensável à satisfação das necessidades familiares. **O segundo**, resulta das operações de armadores estrangeiros ao abrigo dos Acordos Internacionais de concessões de licenças de pesca, estabelecidos nomeadamente com EU, Rússia a China, Guiné-Conakri etc. e também algumas empresas de pescas guineenses. **O sector florestal** também é um sector muito vasto que tem um peso enorme na economia guineense, as actividades consistem na produção de madeiras, combustível de carvão, na recolha de frutas, mel e outros produtos florestais. **O sector financeiro** tem sofrido duros golpes durante estes últimos anos. Após o levantamento militar de 7 de Junho de 98 o país enfrentou várias crises e desequilíbrios estruturais, o que fez com que o país tivesse regredido muito neste sector, interrompendo as colectas dos impostos e conseqüentemente a acumulação das receitas fiscais. Existem ainda vários outros sectores por explorar, entre eles, o turismo e a indústria. Por razões de instabilidade política verificada durante esses últimos anos, tem havido pouca afluência dos turistas e investidores nestas áreas.

3.2. Estrutura Económica antes da Independência.

3.2.1. Estrutura económica

A base da economia guineense desde sempre tem sido a agricultura, assente na economia de subsistência, destinando-se a maior parte da produção ao auto-consumo. Antes da independência a estrutura económica guineense estava dependente do regime colonial português. Nessa altura, o crescimento económico apoiou-se basicamente no fomento dos recursos agro-silvo-pastoris com vista à melhoria do auto-consumo e criação de excedente para exportação.

Apesar dos progressos verificados o ritmo intermitente a que se evoluía deixava muito a desejar. As exportações eram dominadas por produtos agrícolas nomeadamente o amendoim e coconote, com valores cujo peso relativo foram de 60% e 30% do PIB em 1968. A exportação de amendoim era destinada mais para servir de matéria-prima barata às unidades fabris da metrópole, cujo circuito ou cadeia estava completamente garantido pelo monopólio da CUF (Companhia União Fabril), portuguesa.

A única instituição monetária existente na altura era a Agência do Banco Nacional Ultramarino em Bissau.

O sector das pescas e florestas, constituiu sempre um importante sector de crescimento e económico deste país.

No que diz respeito o sector da energia, a economia guineense sempre tem tido carências crescentes de consumo nesta área.

No sector da indústria sempre existiu o condicionalismo que impedia a exploração dos depósitos de bauxite e de petróleo o que poderia mudar de forma favorável a economia guineense. Praticamente não havia unidades industriais, salvo a pequena unidade de fabrico

de cerveja “ CICER” e pequenas unidades de óleo de amendoim no Ilhéu dos Reis. Mais de 90% da população encontrava-se no campo vivendo numa agricultura de subsistência.

3.3. Estrutura Económico pós Independência

3.3.1 Estrutura física, demográfica e política

A Guiné-Bissau é um pequeno país africano com uma superfície de 36,125 km² e com uma população estimada de 1.300.000 habitante. Situada na costa ocidental de África, banhado pelo oceano Atlântico e com limite fronteiroço no total de 724 km – com República do Senegal 338km² ao norte e Republica da Guiné-Conakri, 386km² ao sul. O que lhe atribui uma configuração geo-estratégica única no contexto da área de maior concentração dos países francófonos. Classificado como país menos avançado (PMA). Com duas estações por ano (seca e chuva), com uma temperatura que oscilam entre os 22°C e os 29°C no mês mais quente. Apesar dos poucos recursos naturais, tem uma vegetação em abundância e terreno muito fértil. A maior parte da sua população vive da agricultura e da pesca. Existem depósitos de petróleo, bauxite e fosfato inexplorados devido à fraca infra-estrutura.

A população que chegou atingir 1.450.000 hab., diminuiu significativamente no ano de 1998/99 devido à guerra civil que assolou o país.

No tocante à estrutura política a Guiné-Bissau é um país democrático, com 30 anos de independência. Apesar de todos esses anos de independência. A Guiné-Bissau ainda continua atrasada em relação a muitos países africanos. As constantes mudanças políticas são uma das principais razões desse atraso.

3.3.2. Estrutura económica

Após independência em 1974, o País herdou uma economia débil, com as infra-estruturas de base quase inexistentes ou parcialmente destruídas. As primeiras opções de desenvolvimento económico do país traduziram-se por um intervencionismo excessivo do Estado e uma

marginalização crescente do sector agrícola. Com efeito, os preços irrealistas impostos aos produtores, as distorções da política cambial e a ineficácia dos circuitos comerciais não permitiram que o sector agrícola desempenhasse de facto o seu papel de motor do crescimento económico.

Em 1983, foi elaborado o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1983-1986). O Governo implementou simultaneamente um Programa de Estabilização Económica e Financeira para o período de 1983-1984. Esta tentativa de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, tanto internos como externos, revelou-se pouco frutuosa e a situação económica do país continuou a deteriorar-se. O Governo decidiu, então, implementar um Programa de Ajustamento Estrutural de médio prazo para o período de 1987-1989. Este Programa foi apoiado por dois empréstimos a título da Facilidade de Ajustamento Estrutural (FAE) do FMI e dois empréstimos do Banco Mundial para o apoio ao Ajustamento Estrutural. A implementação deste Programa permitiu empreender reformas estruturais (abolição do controle dos preços, separação das funções dos bancos comerciais e do Banco Central, eliminação dos monopólios de comercialização) que impulsionaram o crescimento económico. Todavia, a ausência de rigor nas políticas orçamentais e monetárias, conjugada com factores exógenos desfavoráveis, provocaram uma deterioração da posição externa do país. Aumentaram as tensões inflacionistas e o diferencial entre a taxa de câmbio do mercado oficial e a do mercado paralelo subiu.

Os maus resultados e, sobretudo, a não satisfação dos condicionalismos requeridos, conduziram à suspensão do apoio ao Programa pelo FMI em 1992.

Em reacção, o Governo instituiu em 1993 um "Shadow Programme" cujos bons resultados facilitaram não só a obtenção de um acordo com as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) sobre um Documento Quadro de Política Económica e Financeira 1994-1997, mas também a organização com sucesso da Terceira Conferência da Mesa Redonda com os Parceiros de Desenvolvimento, decorrida em Genebra em Novembro de 1994, e a

realização em Fevereiro de 1995 do Clube de Paris sobre a Dívida Externa e, enfim, a concessão da Facilidade ao Ajustamento Estrutural Reforçado (FAER) pelo FMI em Março de 1995. Os resultados do Programa para o período de 1994-1995 foram os seguintes: a inflação que havia diminuído em 1994 (15,2%) subiu de novo em 1995, para atingir 45%; o crescimento do PIB real foi, em média, de 4%; a posição externa reforçou-se de forma excepcional em 1994, mas sob o efeito de avultadas importações de produtos alimentares, o défice externo corrente (excepto transferências oficiais e juros) aumentou sensivelmente em 1995; progressos notáveis foram alcançados em matéria, de reformas estruturais (Função Pública, Empresas Públicas, Gestão dos Investimentos Públicos,...).

Apesar dos progressos registados num sector e noutro, o Governo consciente da fragilidade da situação, decidiu prosseguir com a aplicação de rigorosas políticas financeiras e com reformas estruturais globais no quadro de um Programa de Ajustamento Estrutural 1996-1998, apoiado por uma FAER do FMI e do Banco Mundial. Este apoio insere-se no novo Documento Quadro de Política Económica 1996-1998.

Após o conflito armado de 1998 a economia guineense passou a confrontar-se com vários problemas, entre os quais se destacaram as enormes dificuldades de produção e o grave problema de infra-estruturas, que se traduziram nos resultados negativos para a actividade económica do país. Um dos principais efeitos desta situação relaciona-se com o aumento do sector informal, retirando do circuito estatístico e da tributação fluxos económicos importantes.

Os dados obtidos a partir do Banco de Portugal (2003), apontam para que o crescimento económico tenha denotado uma quase estagnação em termos reais (+0.6%). O ano foi marcado por uma descida do nível de preços e bens alimentares, o que colocou a taxa de inflação media anual nos - 3.5%, enquanto que o PIB cresceu à taxa de 3.3%.

Em 1999, houve uma recuperação da economia baseada nos resultados agrícolas e no aumento do investimento público proporcionado por programas de financiamento externo, o

que se traduziu numa taxa de crescimento anual de 7.5% em 1999-2000. Mas em 2002 veio a diminuir 0.2% e estima-se que diminuiu -7.2% em 2003 devido ao abrandamento das actividades económicas, à descida do preço da castanha de caju, aos atrasos na implementação dos programas e à regularização de atrasados internos.

Quadro 1.7- Principais indicadores económicos da Guiné-Bissau para o período 1998/04

<i>Indicadores</i>	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
					Estimativa	Estimativa	Proj.
PIB real (t.v.a)	-28.2	7.6	7.5	0.2	-7.2	0.6	2.6
Inflação (t.v.a.)	8	-2.1	8.6	3.3	3.3	-3.5	2.3
Massa monetária (t.v.a.)	0.4	4.9	67.7	10.1	23.9	13.6	3.6
Saldo Bal. Corrente (%PIB)	-14.7	-11.1	-13.2	-4.6	-10.7	-4.7	-0.4
Saldo Orçamental %PIB)	-16.4	-11.1	-10.8	-10.7	-12.0	-16.8	-10.4
Dívida externa (%PIB)	460.1	440	455.5	492.2	378	390.4	386.8

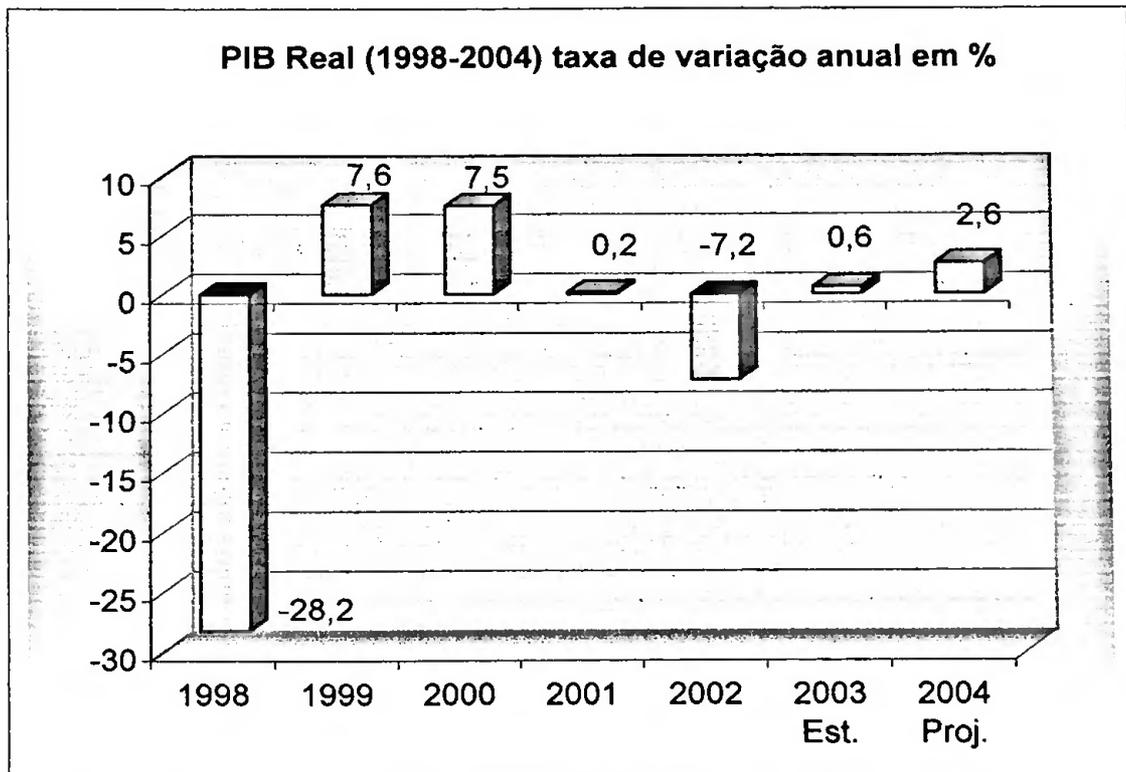
Fonte: Banco de Portugal (Evolução das Economias dos PALOP 2003/2004)

Dado o despesismo nas contas públicas, e a fraca mobilização de receitas em 2003, verificou-se um aumento de défice global de 16.8% do PIB, acima do valor verificado em 2002 (-12.0% do PIB). Esta evolução levou a que o Governo transitório, tenha apresentado um orçamento de emergência para 2004, com o intuito de estabilizar o pagamento de salários, assegurar o funcionamento de serviços estatais básicos e, simultaneamente, adequar os gastos do Estado aos recursos disponíveis. O que fez com que nos finais de 2003 as contas externas apresentassem uma evolução favorável, com melhorias em todos os saldos da Balança de Pagamentos. O défice corrente acabou por se reduzir para 4.7% do PIB, valor abaixo do verificado em 2002 (10.4% do PIB) com os contributos positivos da balança comercial e da balança de serviços e rendimentos.

3.3.3. Enquadramento macroeconómico

De ponto de vista, macroeconómico, a economia guineense nos últimos anos tem-se caracterizado pelo agravamento devido ao conflito militar de 98 e sucessivos sobressaltos. Após a quase estagnação económica verificada nesse ano (correspondente a uma retracção real do produto interno guineense de -28.2%) e outra queda de -7.2 % do PIB em 2002. A economia guineense apresentou em 2003 um crescimento ligeiro, registando uma taxa de crescimento real do produto interno de apenas 0.6%. Por detrás desta contracção está um conjunto de factores que demonstram bem as fragilidades desta economia.

Gráfico 5



Fonte: Banco de Portugal (Evolução das Economias dos PALOP 2003/2004)

3.3.3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto por ramos de actividade apresenta-se do seguinte modo:

Em termos percentuais, para 2002, 2003 e 2004 tem-se a seguinte estrutura:

Quadro 1.8 – PIB para o período 2002-2004 expresso em %

PIB	2002	2003	2004
	Est.	Est.	Proj.
Sector Primário	56.4	56.0	56.0
Sector Secundário	12.9	12.4	12.8
Sector Terciário	29.1	29.9	29.4
Impostos Indirectos	1.5	1.7	1.7
PIB pm	100.0	100.0	100.0
Consumo	101.8	95.3	105.4
Publico	13.7	16.0	17.1
Privado	88.1	79.3	88.3
Investimento	14.7	17.6	20.7
Exportação	31.0	32.5	35.3
Importações	47.5	46.8	61.4

Fonte: Banco de Portugal (Evolução das Economias dos PALOP 2003/2004)

Neste quadro podemos observar que o sector primário excede metade do PIB, e o sector secundário é o mais fraco.

Para aprofundar essa situação vejamos:

Sector Primário – A agricultura constitui uma das principais actividades económicas na Guiné-Bissau, face ao nível elevado da população que dependem principalmente do trabalho do campo uma vez que a maioria parte da população esta dependente dela.

Os principais produtos de base cultivados são: castanha de caju, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, pluma de algodão, caroço de algodão, amendoim, rebanhos, bovinos, caprinos e

bovinos. A castanha de caju e amendoim constituem os principais produtos agrícolas de exportação.

No tocante à silvicultura, a Guiné-Bissau possui vastos hectares de florestas. O seu aproveitamento económico é orientado para o comércio e a construção.

No que diz respeito às actividades do sector da pesca, estas são pouco expressivas devido ao deficiente desenvolvimento das infra-estruturas.

O sector primário no ano 2003 representam cerca de 56% do PIB, Esse peso deve-se ao sector agrícola associado às boas condições climáticas registadas em 2003, nomeadamente com reflexos nos volumes de produção da castanha de caju.

Quanto ao sector secundário a sua contribuição é muito fraca devido à falta de indústrias e números reduzidos de construções. Este sector representa apenas 12.4 % do PIB em 2003.

É um sector muito maltratado durante estes últimos anos. Consideramos que deveria haver uma intervenção do Estado nessa área, ou seja uma política industrial activa. A produção de electricidade deveria recuperar a um nível normal, quer dizer mais perto das necessidades de consumidores e produtores.

Sector terciário. A área dos serviços contribui com cerca de um quarto para o PIB, com destaques nos serviços de comércio, restauração e hotéis.

Graças à comercialização da castanha de caju, o sector comércio deu um salto progressivo.

O turismo por enquanto é muito fraco.

O sector bancário, seguros e outros serviços é também muito fraco, dada a instabilidade política e socio-económica.

Em 2003, este sector registou contracções reais de actividade (à semelhança de 2002, embora de magnitude superior): 29.9% contra 29.1% de 2002

3.3.3.2. Comércio externo

A política do governo guineense quanto às contas externas, trouxe uma melhoria que registou uma redução significativa de défice corrente em (4.7% do PIB) valor abaixo em relação ao (10.7%) do PIB de 2002 com os contributos positivos da balança comercial e da balança de serviços e rendimentos, devido principalmente à exportação de castanha de caju.

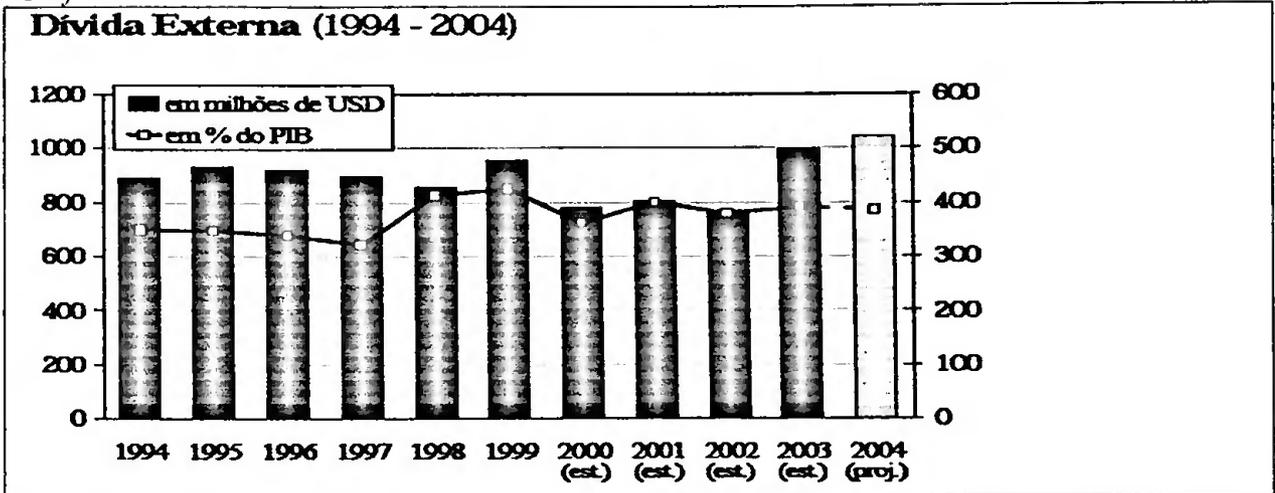
Segundo o Banco de Portugal a balança de capitais e financeira deverá ter reforçado o seu saldo positivo em 8.4 pontos percentuais, em termos de peso no PIB, e o saldo da balança global invertido seu sinal, passando a apresentar um valor positivo correspondente a 9.1% do PIB (face a – 5.3% em 2002).

3.3.3.3. Dívida externa

O factor externo joga um papel muito importante e decisivo na economia guineense. É dentre os vários factores, o mais constrangedor a curto prazo. É sem dúvida, elevado o volume da dívida pública, estimada em mais de 870 milhões de US\$ em 1995.

Nos últimos anos o relacionamento entra a Instituições internacional e a Guiné-Bissau não tem sido nada fácil. Apesar de tantas dificuldades, de acordo com o quadro abaixo ilustrado, podemos observar que de 1995 até 1997 houve uma redução da dívida. Em 1998-99 verificou-se uma subida que atingiu os 980.3 milhões de USD o que corresponde 440% do PIB. Em 2003 registou uma melhoria de 390.4% do PIB, dado o incremento de atrasados que possibilitou a elevada acumulação de reservas externas.

Gráfico 5

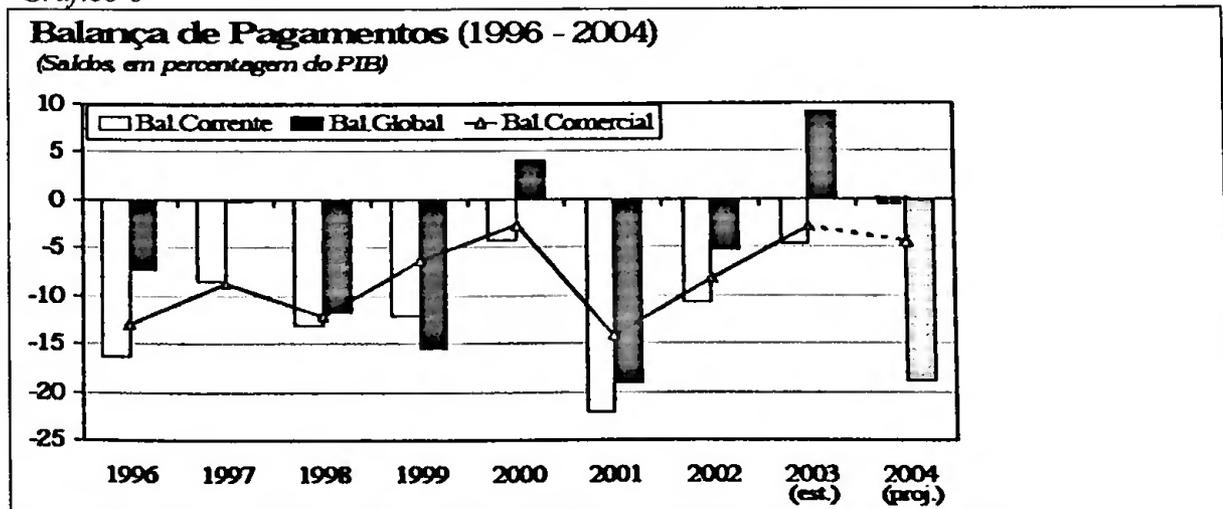


Fonte: Banco de Portugal (Evolução das Economias dos PALOP 2003/2004)

3.3.3.4 Balança de pagamentos

Em 2003 a balança corrente registou uma melhoria significativa que denotou um aumento do excedente de -10.7% do PIB para -4.7 % do PIB, (Segundo B.P 2003). Na base desta evolução terá estado o aumento não esperado dos desembolsos e, principalmente, a importante subida registada em capitais de curto prazo, erros e omissões (num total de 34.9 milhões de USD), apesar da quebra apresentada pela rubrica transferências de capital e investimento directo estrangeiro.

Gráfico 6



Fonte: Banco de Portugal (Evolução das Economias dos PALOP 2003/2004)

3.4. A Concepção do Desenvolvimento Económico.

Até hoje predomina a visão linear do fenómeno desenvolvimento/subdesenvolvimento. Certos economistas consideram que os países atrasados devem percorrer as mesmas etapas por que haviam passados os países já desenvolvidos para atingirem o desenvolvimento. W.W. Rostow, em *Les Étapes de la Croissance Économique*, descreve a passagem das sociedades por cinco fases: *a sociedade tradicional, as condições prévias para o arranque, a descolagem (take off), o progresso para a maturidade e a era do consumo de massa. A fase da descolagem é a etapa decisiva, uma vez que o crescimento da poupança e do investimento, tal como a ultrapassagem dos obstáculos estruturais que se opõem ao crescimento, torna este irreversível.*

Esta análise de inspiração liberal, mostra que os países em vias do desenvolvimento estão na situação por onde passaram os países hoje desenvolvidos. Para nós, o subdesenvolvimento não consiste simplesmente no atraso resultante de um ritmo mais lento de crescimento, mas resulta de uma mão-de-obra abundante e pouco qualificada, ou com uma taxa de qualificação fraca, fruto de uma estrutura mundial de exploração. Porque se não houvesse essa exploração e se as riquezas mundiais fossem distribuídas numa forma equitativa, hoje em dia não existiriam países pobres como os que temos. Como diz o ditado tradicional: *a desgraça de uns é o bem-estar dos outros.* Pensava-se que, acelerando-se o ritmo de crescimento económico, se chegava ao desenvolvimento. Mas isso nem sempre corresponde à realidade, porque o desenvolvimento económico não se restringe apenas ao crescimento económico caracterizado pelo aumento da riqueza produzida por um país num determinado período. Mas é o resultado de um processo mais abrangente de transformações, incluindo aspectos sociais, políticos e culturais, humanos e também técnicos, que permitem o início e continuidade do crescimento económico. O crescimento económico é uma condição necessária para o *hom progressamento* do desenvolvimento económico, daí o facto deste poder ser definido como um *marcador de*

desenvolvimento voltado para a realização de um crescimento económico. Para tanto o Estado devia desempenhar a função de principal agente indutor do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direccionando investimentos, quer investindo directamente em sectores fundamentais.

3.5. Estratégia, Políticas e Mecanismo Económico

Ciente das dificuldades do país, pensamos que não se deve ter opiniões pessimistas para tirar e livrar a Guiné desta triste situação que abraçou o país durante vários anos. É nesta perspectiva que se pretende traçar de uma forma minuciosa algumas estratégias que possam ser úteis ao desenvolvimento económico da Guiné-Bissau.

Se tivermos em conta o lugar ocupado pela Guiné no Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, de 2000, 169º lugar entre 179 países do mundo; se considerarmos, também, que a Guiné-Bissau é considerada como um dos países que se situa no nível baixo de desenvolvimento humano; que a taxa de mortalidade infantil é de 120,0‰ (1997); que a esperança de vida à nascença para a população feminina é de 47,07 e para população masculina é de 46,0; que temos 0,2 médicos e 0,6 camas de hospital por cada mil habitantes; que só 55% da população têm acesso a água potável e 31% têm acesso a saneamento básico; que uma taxa de analfabetismo situada em 64,1%²¹, todos estes dados nos leva a apontar algumas estratégias a seguir com vista a alcançar o melhor cenário possível para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Dai que seja urgente traçar alguns objectivos prioritários em alguns sectores tais como:

- **Sector da economia**
- **Sector da energia**
- **Sector da educação**

²¹ Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997 e 2000.

➤ **Sector da saúde**

Sector económico – Tentar reduzir a taxa anual média de inflação. Limitar os défices orçamentais. Incrementar algumas políticas macroeconómicas no sentido de alcançar um crescimento anual real do PIB. Motivar e insistir na revitalização do sector privado como motor do crescimento. Dinamização do comércio, da indústria e do turismo. Criação de condições para um desenvolvimento regional, através da criação de planos de desenvolvimento regionais, e tentar criar e valorizar as potencialidades intrínsecas de cada porção do território nacional. No quadro político da implementação da democracia participativa, propomos que sejam realizadas as eleições autárquicas no sentido das populações poderem participar directamente na tomada de decisões que visam melhorar as suas próprias condições. Da política de desenvolvimento regional o objectivo mais importante consiste na fixação das populações no interior evitando assim o processo de êxodo rural e no aumento da autonomia regional.

A energia – É um dos sectores que deve merecer uma atenção especial do governo, na medida em que ela é a chave de desenvolvimento de qualquer país. Mas como é do conhecimento de todos, a crise energética permanente no qual o país está mergulhado há mais de duas décadas mostra um débil/fraco incentivo da classe política para este sector. Daí a necessidade de encontrar soluções através das receitas nacionais/cooperação multilateral/unilateral com vista a tirar as populações de marasmo.

A educação – Um dos sectores, que deve ser visto como prioritário, tendo em conta os dados alarmantes que constam no Relatório de Desenvolvimento Humano. Daí a estratégia a seguir neste sector ser em primeiro lugar estabilizar o normal funcionamento das escolas (evitando as constantes greves por parte dos professores representados no seu sindicato). O problema fundamental para o desenvolvimento da Guiné-Bissau passará, necessariamente, pela concepção do sistema educativo. É fundamental a formação especializada dos recursos

humanos. Sem especialização é impossível o desenvolvimento sustentável. É urgente reduzir as assimetrias de várias ordens com especial atenção à escolarização das raparigas e às zonas de facto "marginalizadas". Neste aspecto deve-se ter uma política de promoção de equidade entre os sexos, através da elevação da taxa de ingresso das raparigas no processo educativo. Criação de bolsas de formação (a nível Superior, médio e algumas para "reciclagem" dos técnicos). Todas estas bolsas não devem ser como antigamente, financiadas só pelo doadores ou pela instituições da cooperação, mas deve ter uma co-participação do Governo. No seguimento destas estratégias, o governo deve apostar na formação local, isto é, impõe-se a necessidade urgente da criação da Universidade e dos diversos centros de formação no país, visto que o número de finalistas do curso secundário tem estado a aumentar, e as instituições de formação existente no país não respondem às necessidades da população Guineense.

Quanto ao sector da Saúde, deve-se pensar em extensão da rede sanitária, recuperando alguns hospitais com vista a colmatar a falta destes. Deve merecer uma preocupação do Governo a formação e o melhoramento de quadro de vida do pessoal médico e outros ligados ao sector da saúde. Promoção de equidade em relação às regiões mais desfavorecidas. Incrementar com intensidade o programa da luta contra a sida e o paludismo.

3.6. Crise da Economia Guineense

A Crise da economia guineense que se vive nos últimos anos até a data de hoje, assenta essencialmente nos sobressaltos políticos após o conflito militar e nos erros cometido pelos sucessivos governos. Um ano antes desse levantamento militar, a Guiné-Bissau quase conseguiu a sua estabilidade económica. Aliás, este ano (1997) foi o ano em que a economia guineense teve o seu melhor comportamento em termos macroeconómicos. Vejamos:

O crescimento real do PIB foi calculado em 5%, a inflação caiu de mais de 60% para se situar nos 16,8%. A receita tributária chegou aos 9,6% do PIB, contra 7,4% em 1996. O défice das transacções correntes, excluindo as transferências oficiais, foi calculado em 23,4%, contra 27,4% em 1996;

Após o levantamento militar, a economia guineenses registou uma baixa em que o PIB real diminuiu em cerca de 28%, ou seja um recuo de crescimento equivalente a sete anos ou mais. A produção agrícola caiu cerca de 17%; a comercialização da castanha de caju, principal produto de exportação, foi seriamente afectada; as importantes reformas estruturais foram interrompidas; as perdas no capital privado causado pela estagnação da economia, pilhagens, destruição de propriedade, perda de oportunidades de negócio, estimado em cerca de 90 milhões de USD o que constitui a descapitalização total dos operadores económicos locais. Outros sectores como educação e saúde foram bastante afectados. O nível da pobreza e corrupção aumentou significativamente. Houve uma redução drástica do rendimento das populações, a interrupção dos serviços básicos, e deterioração dos factores determinantes do bem-estar público: a segurança, Estado de direito, e habitação. Houve consideráveis perdas de vidas humanas, fazendo aumentar em centenas de milhar os órfãos e viúvas do País.

Com toda essas situações a economia guineense não podia ter outro caminho senão a da crise.

3.7. As Causas e o Carácter da Crise da Economia Guineense

Para uma breve análise, gostaríamos de fazer uma retrospectiva dos acontecimentos que tiveram lugar na Guiné-Bissau ao longo dos anos, para assim poder tirar ilações sobre as causas e o carácter da crise da economia guineense.

À semelhança de muitos países africanos, a Guiné-Bissau continua numa grande encruzilhada. Nos últimos anos, a Guiné-Bissau tem sido notícia em vários meios de comunicações internacionais dada a constante situação de crise e instabilidade socio-económica, política e

militar que o país vem sofrendo ao longo dos anos. O que acaba por se reflectir profundamente na sua economia e no bem-estar da sua população.

Considerado um dos países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo a Guiné-Bissau passou por processos muito complicados. Hoje em dia feitas as contas, já passou por 3 golpes de Estado, alterações sucessivas de governos e por último uma sublevação militar que se deu numa altura em que a Guiné-Bissau se encontrava num processo de retoma. A 14 de Novembro de 1980, deu-se o primeiro golpe de Estado. O primeiro presidente (Luís Cabral) é derrubado, preso e enviado para o exílio.

Os projectos de **Luís Cabral** foram abandonados. **Nino Vieira** fala de concórdia nacional do regresso de todos os filhos à terra. Seis anos mais tarde liberalizou a economia e 10 anos depois deu-se a abertura política que marca o fim de um regime monopartidário.

Com o pluralismo, os políticos pouco a pouco tornam-se críticos do sistema e criam partidos de oposição. Nas primeiras eleições multipartidárias em 1994, **Nino Vieira** saiu vencedor contra **Kumba Yalá**, comandando o país até 7 de Junho de 1998, altura em que surgiu o outro “conflito político militar” liderado pelo Brigadeiro **Ansumane Mane**, clamando por justiça e combate à corrupção generalizada no país. O conflito durou quase 11 meses, deixando milhares de mortos. Na capital as palavras de ordem são de mudanças e de justiça.

Formou-se um governo de transição encabeçado pelo **Dr. Francisco Fadul** assumindo o cargo do Primeiro-ministro e **Malam Bacai** como Presidente interino. Considerado um governo de gestão, deu sinais de capacidade de organização, conseguiu somar grandes vitórias no plano internacional. A Comunidade Internacional pressionou a Guiné-Bissau para que fizesse imediatamente para eleições. E dessas eleições de 1999 e início de 2000, o Dr. Kumba Yalá e o seu partido saíram com como vencedores com uma vitória esmagadora nas legislativas e presidenciais.

Passados alguns meses, operou-se de novo o desentendimento no país. Em Novembro de 2001 Ansumane Mane é assassinado, fala-se de morte em combate, mas persistem dúvidas e a Amnistia Internacional pediu um inquérito para esclarecer o caso ainda por explicar.

Ao longo dos 43 meses de governação de Kumba Yalá as populações já viviam no limiar da pobreza. Fortes tensões sociais assolaram o país. O parlamento foi dissolvido, juizes afastados e presos, o Supremo Tribunal da Justiça passou a ser tutelado pela Presidência, a nova constituição não foi promulgada, a informação veiculada nos serviços informativos tuteladas pelo Estado, passou a ser censurada, tentativas várias de divisão²² para melhor poder reinar, abuso de poder e prisões arbitrárias. A Guiné-Bissau bateu no fundo, bateu numa crise profunda. **A democracia**, na Guiné-Bissau praticamente não existia.

Quatro primeiros-ministros e uma média de sete ministros para cada ministério dá uma visão da instabilidade do País onde a maioria da população não sabe ler nem escrever e apenas 6% fala Português. Três anos e meio da governação de Kumba Yalá, descontentamento popular, provocado por 11 meses de salários em atraso sobretudo na função pública, corrupção generalizada, eleições legislativas antecipadas adiadas por três vezes.

Nenhuma instituição internacional confiava jamais no governo de Kumba Yalá. FMI, BM e EU, cancelaram os apoios à Guiné-Bissau.

O Banco Mundial e o FMI cancelaram os créditos para a Guiné-Bissau devido às irregularidades detectadas no Tesouro Público, onde "desapareceram" 10 mil milhões de francos CFA (cerca de 12 milhões USD). A decisão surgiu um dia antes do Parlamento ter aprovado o Orçamento do Estado (OGE) para 2001. O OGE da Guiné-Bissau na sua grande parte depende da ajuda externa.

²² Novas patentes militares foram oferecidas, uma tentativa de dividir a sociedade castrense guineense e de silenciar os problemas, manipular e ter os militares na mão para poder controlar toda a situação de irregularidade e de má governação que se verifica em que se vive na Guiné-Bissau. Entretanto o feitiço virou-se contra feiticeiro.

Kofi Annan, no seu relatório de Julho de 2002 sobre a situação da Guiné-Bissau, exortava **Koumba Yalá** a repor a independência do poder judicial, o que deixa evidente, que o país mais uma vez vivia num clima de instabilidade.

A 14 de Setembro de 2003 deu-se o golpe de Estado contra o Dr. **Koumba Yalá** liderado pelo general **Veríssimo Seabra**. Formou-se de novo um governo de transição encabeçado pelo Sr, **Henrique Pereira Rosa** como Presidente interino da República e **Artur Sanha** como primeiro-ministro até a eleição legislativa de Março de 2004 que deu a vitória ao partido PAIGC liderado por **Carlos Domingos Gomes Júnior**, cujo principal objectivo é tirar o país da situação onde está e relançá-lo economicamente.

Ao finalizar esta retrospectiva dos acontecimentos de quase um quarto de século na Guiné-Bissau, podemos constatar que as causas e carácter da crise da economia guineense consistem nos seguintes aspectos:

- Problemática sócio-político-militar;
- Sucessivos levantamentos militares
- Instabilidade política;
- Alterações sucessivas do governo;
- Má gestão governamental e
- Corrupção generalizada

3.8. Reforma Económica

A Guiné-Bissau começou as suas reformas económicas desde 1974, logo após a independência, com a criação do Banco Nacional da Guiné – BNG como Instituto de emissão, caixa do tesouro e banco universal. Em 21 de Junho de 1976 por acordo entre a República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa foi firmado e ratificado por Decisão número 13/76 de

31 de Dezembro do Conselho de Estado, o activo e o passivo da filial de Bissau do BNU foram transferidos para o BNG.

Em Março de 1976 teve lugar a reforma monetária que criou o peso guineense em substituição do escudo.

Em 1983, com a aprovação da Lei Orgânica do BNG, foi nele integrada a Caixa de Crédito da Guiné. Esta instituição, antes da sua integração no BNG, concedia crédito de médio e longo prazo à agricultura, pecuária, indústria e construção civil. As actividades do BNG foram então repartidas por duas grandes áreas a cargo de dois departamentos: o Departamento Monetário, incumbido das funções de Banco Central, e o departamento Bancário, com as funções de banco comercial e de desenvolvimento.

Em 1983 foi elaborado o **Primeiro** Plano Nacional de Desenvolvimento trienal (1983-1986) em simultâneo com a implementação de Programa de Estabilização Económica e Financeira para o período de 1983-1984.

Em 1985 foram feitas as primeiras diligências para adesão da Guiné-Bissau na União Monetária de África Ocidental (UMOA).

Em 1996, o governo decidiu prosseguir com a aplicação de rigorosas políticas financeiras e com reformas estruturais globais no quadro de um Programa de Ajustamento Estrutural 1996-1998, apoiado por uma FAER do FMI e do Banco Mundial. Este apoio insere-se no novo Documento – Quadro de Política Económica 1996-1998.

A 20 de Fevereiro de 1997 a Guiné-Bissau consagrou como membro da UMOA no mesmo ano. Ao 5 de Março de 1997 aderiu a UEMOA, onde o BCGB – Banco central da Guiné-Bissau foi convertido no em agência do BCEAO. E em Maio do mesmo ano a introdução da moeda franco CFA no país substituindo assim o **PG** – peso guineense. Cujo objectivo principal dum lado consistia no crescimento económico, rentabilidade de nas suas vantagens comparativas no plano do desenvolvimento da produção, melhoramento da produtividade e o desenvolvimento das trocas comerciais com grandes benefícios. E do outro lado no

restabelecimento da confiança dos investidores estrangeiros da sub-região ou de outros continentes, pois que o país dispõe de potencialidades, de recursos naturais e variadíssimas sectores por explorar. Esta adesão dotou o país de uma moeda estável, permitindo assim livrar de ciclo da depreciação da moeda e da inflação que chegou a atingir os 65% entre Dezembro de 1995 e Dezembro de 1996.

No mesmo ano (1997) a Guiné-Bissau prosseguiu o segundo PAE – Programa de Ajustamento Estrutural ao abrigo da ESAF.

Cinco anos após a realização a realização das primeiras eleições o país foi confrontado com o conflito armado que abalou o país durante 11 meses (de 7 de Junho de 1998 a 7 Maio de 1999). Essa crise teve um impacto muito forte sobre o desenvolvimento sócio-económico do país. Efeitos que, por não serem inéditos, assumiram, pelo seu carácter maciço. Da guerra aberta para as tréguas e acordo de paz, a paralisia arrastou-se até ao mês de Fevereiro de 1999, altura em que o GUN – governo de transição, se encarregou de gerir a transição para a normalidade, prometendo assim tirar o país da crise e repô-lo em marcha.

Feitas as contas, ficou claro que, em última instância, o prometido relançamento do país pelo governo, se tornou uma questão dependente da comunidade internacional, pois na realidade era dependente da injeção de fundos externos através da reactivação dos projectos suspensos pela guerra, ou mediante os novos projectos derivados do programa de reconstrução nacional apresentado na Mesa Redonda dos financiadores em Maio de 1999. Sem essa retoma do fluxo financeiro canalizado pelos projectos, não seria possível o retorno ao normal funcionamento da administração de Estado nem dos demais sectores.

Em Maio de 1999, o governo guineense concebeu um programa para o triénio 1999/2001 cujo objectivo é a reconciliação e recuperação da economia, apoiado pelo FMI e BM.

Em Fevereiro de 2000, o PRS (Partido da Renovação Social) e o seu líder Kumba Yalá venceram eleições legislativas e presidenciais em simultâneo. A consolidação do processo

democrático do país será complicada por uma economia deficiente devastada pela guerra civil.

Em Dezembro de 2000, a Guiné-Bissau celebrou acordo com o FMI (Programa para o Crescimento Económico e Redução da Pobreza), onde figurou as condições impostas pelo FMI (austeridade fiscal, controle da inflação, da despesa pública, promoção das exportações, subida de taxas de juro).

A Guiné-Bissau, com a nova representação política, com um Presidente e um Assembleia eleitos democraticamente pelo povo, infelizmente, continua em instabilidade sucessivas, ate que em 14 de Setembro de 2003 foi derrubado o Presidente Kumba Yalá e seu governo. A última medida económica tomada pelo Partido agora no poder foi de reduzir os salários dos governantes duma forma significativa para assim poder fazer face ás difíceis situações de crise que o país se está a confrontar.

CAPITULO 4 – A Guiné – Bissau e o Processo de Integração e Regionalização Económica

4.1. O Processo de Regionalização

Neste final de século, somos confrontados com uma dinâmica da acumulação fortemente internacionalizada tanto sob a forma de capital produtivo quanto financeiro ou comercial, cuja tendência aponta para surgimento de espaços de relações privilegiadas entre países.

A Guiné-Bissau mais uma vez não escapa a essa realidade, identificando-se, assim, com o princípio de cooperação que se encontra na origem da criação da União Monetária de África Ocidental (UMOA). Em 1985 a Guiné-Bissau manifestou as necessidades de uma adesão à UMOA. Posteriormente passado 12 anos, a 20 de Fevereiro de 1997 passou a integrar essa União e a 5 de Março do mesmo ano aderiu à União Económica Monetária de África Ocidental (UEMOA), onde o Banco Central da Guiné-Bissau passou a ser considerado como a agência de BCEAO e em Maio do mesmo ano aderiu à moeda única da zona (franco CFA) considerando esta como a moeda nacional uma vez constituído membro desta união.

O processo da integração e regionalização económica da Guiné-Bissau alterou profundamente o seu sistema económico conduzindo-o assim às políticas económicas necessárias a essa zona de integração regional, tais como:

- A adopção de uma moeda comum, o franco CFA, emitido pelo Banco Central de Estados de África Ocidental – BCEAO com a sede em Dakar, Senegal.
- A desmonetização do peso guineense e a transformação do Banco Central da Guiné-Bissau na Agência Nacional de BCEAO.
- A criação de um mercado comum com livre circulação de pessoas e bens, serviços e factores de produção (capitais e mão-de-obra). Decide-se, ainda, a coordenação de

políticas macroeconómicas, devendo todos os países-membros seguir os mesmos parâmetros para fixar taxas de juros e de câmbio e para definir políticas fiscais.

- Harmonização do quadro legal e regulamentar, de modo a viabilizar o mercado único
- A coordenação das políticas sectoriais.

4.2. Integração e Globalização.

Integração e globalização constituem-se em aspectos centrais do funcionamento da economia mundial nos últimos tempos. A integração por remeter à tendência de surgimento de espaços de relações privilegiadas entre países e a globalização, por referir-se, de um modo geral, ao aprofundamento do processos económicos a nível internacional.

Assim, a economia globalizada apresenta-se como um intenso mosaico mundial do qual fazem parte blocos de economias nacionais que ostentam diferentes graus de fluidez interna nos movimentos de bens e pessoas, mercadorias e factores produtivos.

A globalização seria, portanto, um processo de integração mundial que se intensifica nas últimas décadas com base na liberalização económica, quando os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias que protegem a sua produção da concorrência estrangeira e se abrem ao fluxo internacional de bens, serviços e capitais. Dai que a Guiné-Bissau apesar das suas vulnerabilidade e fragilidades²³, e embora não se encontre devidamente preparada para a integração e a globalização deve aceitar os desafios de integração regional e os da globalização. A Guiné-Bissau pertence a várias organizações mundiais, tais como: Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). A nível regional é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da União Económica e Monetária Oeste – Africana

²³ Instabilidades políticas vividas nos últimos anos até aqui, o que arrasta consigo graves problemas económicos, sociais, culturais e políticos

(UEMOA), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Comunidades do Países da Língua Portuguesa (CPLP). Sendo um Estado de direito onde a sua população e a sua economia também fazem parte deste mosaico mundial, não escapa e nem escapará a esses dois fenómeno mundiais. No entanto, devem-se criar as condições internas necessárias para minimizar os custos da regionalização e da globalização e maximizar os seus benefícios.

CONCLUSÃO

A problemática da globalização e integração ganhou relevância nos finais do século XX e início do século XXI, dado que a sociedade apresenta uma dinâmica da acumulação fortemente internacionalizada tanto sob a forma de capital produtivo como financeiro ou comercial. Em termos relativos expandiu-se a utilização de tecnologias, ampliou-se substancialmente as empresas multinacionais e a interdependência económica. Como consequência, as políticas públicas nacionais estão hoje mais condicionadas pelo seu contexto exterior.

A globalização é um fenómeno com múltiplas dimensões, mas quando se trata de apontar as suas características estritamente económicas ela confunde-se com o que os economistas designam de integração económica.

Duma forma geral quase todos os autores de estudos teóricos empíricos elegeram a África Sub-Sahariana como a única região do Mundo que, em termo líquidos, verá o seu bem-estar económico reduzir-se com esses dois fenómenos.

Segundo Stiglitz, a globalização é a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custo de transporte, comunicação e o derrube de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e de pessoas através das fronteiras. Myrdal caracteriza a integração como um processo socio-económico capaz de destruir as barreiras sociais e económicas existentes entre os participantes na actividade económica, não estabelecendo qualquer distinção entre integração nacional e internacional. Segundo Hertel, Masters e Elbehri, a implementação do Uruguay Round terá um pequeno impacto negativo sobre o bem-estar económico de África.

Para nós, a globalização e a integração são dois fenómenos políticos, socio-económicos interligados, que têm trazido muitas vantagens e oferecem muitas oportunidades tanto para os países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos, mas que acarretam, também

muitas dificuldades e desigualdades económicas e sociais. Tem vindo a aumentar o número das pessoas com acesso aos novos produtos, melhorando assim a qualidade de vida devido à diversidade de opções do consumidor. Mas, por um lado, convém não esquecer as injustiças, as clivagens, distorções, desemprego e exclusão social. Há oportunidades para uns e ameaça para outros.

Daí que nos surge a seguinte pergunta:

Apesar de todos os seus efeitos positivos como negativos, será que hoje em dia algum país pode subsistir e crescer sem esses dois fenómenos? Ou seja a Guiné-Bissau pode subsistir e crescer sem a globalização e a integração?

Como resposta a esta pergunta, convém salientar que a globalização e a integração económica avançaram significativamente nas últimas décadas, não apenas quantitativa como também qualitativamente e são hoje de tal forma fortes e atingiram uma dinâmica em que um pequeno país não tem qualquer possibilidade de crescer e subsistir sem ela e mesmo um país desenvolvido, isoladamente, teria muita dificuldade em subsistir a sua margem.

Nos últimos anos a economia mundial tornou-se mais integrada e globalizada. Os fluxos internacionais de comércio, de capitais, de tecnologias, informação, mobilidade das pessoas, serviços e bens têm vindo a aumentar. Há uma crescente interligação e interdependência entre os países em resultado da liberalização dos fluxos internacionais. E tudo isto graças aos avanços tecnológicos nos domínios das telecomunicações e informática, com destaque para a Internet, e às políticas de liberalização no âmbito do GATT/OMC.

A globalização e integração são de certa forma inseparáveis e são benéficas para o desenvolvimento e o bem-estar das populações de todas as nações, quer desenvolvidas quer subdesenvolvidas. Apesar de existirem muitos descontentes com a globalização, devido aos seus custos, reais ou imaginários, a integração económica avançou de forma desigual em diferentes áreas do planeta mercê da influência de acordos internacionais. Ou seja, o impulso

integrador foi gerado por acordos regionais e sub-regionais, que promoveram o desenvolvimento económico, estimularam o investimento e a valorização dos recursos humanos.

Estamos a assistir ao fenómeno da globalização e vemos os efeitos que está a produzir na economia mundial. Segundo o Banco Mundial, os países em vias de desenvolvimento que registaram maior aumento no rendimento e crescimento económico nos últimos anos foram aqueles que mais abriram as suas economias ao comércio internacional e que mais atraíram investimento estrangeiro. Os países cujas economias ficaram fechadas ao exterior apresentam resultados pouco animadores. E neste caso, qualquer país, seja o mais pobre ou em vias de desenvolvimento, se não se integrar em grupos produtivos maiores para unir forças e aproveitar as vantagens comparativas e as economias de escala, será cada vez menos competitivo e passará a perder cada vez mais terreno face aos desafios mundiais. É esta a realidade do mundo em que estamos inseridos actualmente, e o país que quer subsistir e crescer não terá outro remédio se não abraçar a realidade.

No caso da Guiné-Bissau, nos últimos anos o país tem registado períodos muito conturbados e difíceis²⁴. Por conseguinte, apesar de todas estas situações vividas, uma vez que a sua população e a sua economia fazem parte deste mosaico mundial, ela deve começar a encarar a realidade. E não há outra alternativa se não, abraçá-la e adoptar políticas correctas. Caso contrário, continuaremos a retrair-nos cada vez mais, a perder enormes oportunidades, a afastar-nos cada vez mais dos nossos parceiros do desenvolvimento e a desperdiçar os nossos quadros capazes de levar o país ao progresso. Em suma, deve-se envidar todos os esforços para conseguir tudo o que pode ser vantajoso e útil para o desenvolvimento socio-económico, cultural, político, técnico e científico da Guiné-Bissau.

²⁴ As difíceis situações que a Guiné-Bissau vive nos últimos anos até aqui (sobressaltos, dificuldades económicas e instabilidades política), necessita de medidas urgentes no plano da política económica, governamental e reestruturação das forças armadas.

O processo é difícil e exige grande esforço e rigor, sobretudo para países como a Guiné-Bissau, um país pobre com fracos indicadores sociais, com pouco recursos económicos, científicos e tecnológicos para responder a esse desafio. Mas, também, do nosso ponto de vista, não descartamos a possibilidade da Guiné-Bissau num futuro próximo vencer os obstáculos e progredir. Porque, apesar de tudo, a Guiné-Bissau tem vantagens comparativas em muitas áreas económicas. Tem um potencial em recursos humanos e naturais, que lhe permite relançar a economia e fazer da Guiné-Bissau um país competitivo, pelo menos a nível regional, desde que haja:

- Uma boa vontade no seio governamental, ou seja um bom governo, e uma oposição forte, mas construtiva;
- Estabilidade política, social, económica e recursos bem explorados, aproveitados e aplicados devidamente;
- Uma análise séria das características da nossa economia e da necessidade da sua transformação de economia agrícola numa economia industrial e de serviços;
- Uma política pública correcta, dando incentivos à criação de novas empresas, apoiando quem tem ideias novas e quer exportar;
- Qualificação e valorização dos recursos humanos;
- Educação de qualidade e melhores oportunidades para as mulheres, que são a camada social da Guiné-Bissau com maior contributo para a renda familiar;
- Prioridade nas políticas que promovam o crescimento, através da concessão de créditos às pequenas e micro empresa para a produção de bens e serviços e equipamentos ligeiros locais.

Para concluir, a Guiné-Bissau para ser um país próspero só tem uma saída: aceitar e abraçar a globalização, potenciando os seus benefícios e minimizando os seus custos, sob pena de ficar irremediavelmente cada vez mais pobre e marginalizada.

Bibliografia

- Afrique Subsaharienne (2001), *Rapport Regional*, Institut de statistique de l'UNESCO
- Banco de Portugal – Evolução das Economias dos PALOP – 2001-2003**
- Bhagwati, J. (1992), “Regionalism versus Multilateralism”, *World Economy*, vol.15, no.5
- Friedman, L. Thomas (2000), *Compreender a Globalização, O Lexus e a Oliveira*, tradução de Maria Dias Correia, Qetzal Editors, Lisboa
- Gomes, P. Godinho (1998), *África Século XXI: Os Desafios da Globalização e as Respostas do Desenvolvimento*, ISCSP, Lisboa.
- Grilo, Marçal (2003), *conferência sobre Globalização*, para alunos de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG.
- Hertel, W. Thomas, Masters, A. William and Elbehri, Aziz (1998). *The Uruguay Round and África: a Global, General Equilibrium Analysis*", *Journal of African Economies*, Vol. 7, Número 2, pp. 208-234.
- Hugon P. (1999) *Economia de África*, Lisboa
- Krugman P. (2002), *Currency Crises* (<http://web.mit.edu/krugman/www/crises.htm>)
- Krugman P. (1992), *Regionalism versus Multilateralism: analytical notes in New Dimensions in Regional integration*
- LAL, Deepak (1993), “Trade Blocs and Multilateral Free Trade”, *Journal of Common Market Studies*, vol.31, no.3
- Lahiri, Sajal (1998) “Controversy: regionalism versus multilateralism”, *Economic Journal*
- Instituto Nacional de Estatística e Censos – INEC**, (Setembro de 2002) “*Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza – ILAP*”, Guiné – Bissau;
- Medeiros, E. Raposo (1998), *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Lisboa, ISCSP

Ministério da Economia e Finanças – CNPE, (2002) Programa Plurianual de Convergência 2002 – 2004, Guiné – Bissau

OMC (1998). Anual Report 1998

Olds, K. e outros (1999), Globalisation and the Ásia - Pacific, London: Routledge

Pereira R. (1998), Integração na África Ocidental: A Experiência da CDEAO parte I, Revista ELO.

Pnud/Png/Inep, Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001; Segurança Humana; Guiné – Bissau.

Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001, tabela 1a. Indicadores básicos de outras economias, p.326

Robson P. (1985) Teoria Económica da Integração, Coimbra Editora, Lda, Coimbra

Robson P. (1998) The Economics of International Integration, Fourth Edit, London

Secretariado Executivo da CEDEAO (1999), Rapport annuel du Secrétaire Exécutif www.cedeao.org/

Sylla, M. (2002) Évaluation de la Pouvreté en Guiné – Bissau (2001-2002).

Silva E. D. António (1997), A Independência da Guiné – Bissau e a Descolonização Portuguesa, Edições Afrontamento; Porto, Portugal;

Soros G. (2003), Globalização, tradução de Maria Filomena Duarte, Lisboa

Stiglitz E. Joseph (2002), A Globalização e seus Malefícios, , Editora Futura, são Paulo, Brasil

UEMOA (1999), Accord d'Adhésion de la République de la Guinée-Bissao a l'UEMOA.

UNESCO (2001), Afrique subsaharienne rapport régional, pag.11

www.ifz.net/izf/index.htm

www.izf.net/Isntitutions/Integration/Default.htm

www.izf.net/izf/Documentation/JournalOffice/AfriqueOuest/2003/DEC10_2003cm.htm

www.mol.co.mz/notmoc/2001/0604in.html – Guiné-Bissau BM e FMI Suspendem Créditos

www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v10n1art1.pdf, pag. 4

www.undp.org.br/HDR/hdr96/hdr1.htm

Anexo I

ECONOMIA MUNDIAL

Principais Indicadores Económicos, 1986 - 2005

	1986/95	1996/2002	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Média	Média					Proj.	Proj.
PIB real								
			(p. v. anual)					
Países de economia avançada	3.0	2.8	3.0	1.2	1.6	2.1	3.6	3.0
dos quais: <i>Novos países industrializados da Ásia</i> ¹	8.1	4.4	7.9	1.1	5.0	3.0	5.5	4.1
Países emergentes e em desenvolvimento	3.7	2.9	5.8	4.0	4.8	6.1	6.5	5.9
Europa central e oriental ²	0.8	2.3	4.9	0.2	4.3	4.5	4.8	4.5
Comunidade de Estados Independentes	--	6.0	9.1	6.4	5.4	7.8	8.0	6.8
África	1.9	3.6	2.9	4.0	2.6	4.3	4.6	5.3
da qual: <i>África sub-sahariana</i>	1.9	3.5	3.1	2.9	3.6	3.7	4.7	5.6
Ásia	7.7	6.3	6.7	5.5	6.6	7.7	7.6	6.9
da qual: <i>excluindo China e Índia</i>	6.2	3.1	5.3	3.0	4.5	5.1	5.6	5.6
Médio Oriente	2.7	4.4	5.5	3.5	4.2	6.0	5.1	4.8
América latina e Caraíbas	2.8	2.2	3.9	0.4	0.1	1.8	4.3	3.6
da qual: <i>Brasil</i>	2.5	2.1	4.4	1.3	1.9	0.2	3.5	3.5
			(p. v. anual)					
Países de economia avançada	3.6	1.9	2.1	2.1	1.5	1.8	2.1	2.1
dos quais: <i>Novos países industrializados</i> ¹	5.0	--	1.1	1.9	0.9	1.4	2.3	2.4
Países emergentes e em desenvolvimento	58.2	17.4	7.2	6.8	6.0	6.1	6.0	5.4
Europa central e oriental ²	59.2	23.3	23.0	19.8	14.8	9.2	7.2	5.9
Comunidade de Estados Independentes	--	23.4	24.5	20.3	13.8	12.0	9.9	8.7
África	27.4	14.3	13.0	12.1	9.7	10.3	8.5	8.2
da qual: <i>África sub-sahariana</i>	32.4	17.7	16.8	15.1	12.1	12.9	9.9	9.8
Ásia	11.2	4.3	1.9	2.7	2.1	2.7	4.1	4.1
da qual: <i>excluindo China e Índia</i>	11.6	8.6	2.8	5.9	6.4	4.8	5.3	5.3
Médio Oriente	17.7	17.0	8.5	7.1	7.5	8.0	9.2	8.7
América latina e Caraíbas	196.2	10.3	6.6	6.0	9.0	10.6	6.5	6.0
			(em % do PIB)					
Países de economia avançada	--	--	0.1	-1.3	-3.1	-4.0	-3.8	-3.0
dos quais: <i>Novos países industrializados</i> ¹	--	--	-2.1	-4.9	-3.4	-2.7	-3.9	-2.4
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	-2.9	-3.2	-1.5	-2.9	-2.5	-2.3
Europa central e oriental ²	--	--	-4.6	-6.4	-7.2	-5.4	-5.6	-5.2
Comunidade de Estados Independentes	--	--	0.3	1.8	1.0	1.2	1.7	1.7
África	--	--	-1.4	-1.9	-2.5	-1.5	-1.2	-1.1
da qual: <i>África sub-sahariana</i>	--	--	-2.5	-2.3	-2.7	-2.1	-1.6	-1.5
Ásia	--	--	-4.4	-4.2	-4.1	-3.6	-3.2	-3.0
da qual: <i>excluindo China e Índia</i>	--	--	-4.6	-4.4	-3.5	-3.4	-3.3	-2.9
Médio Oriente	--	--	3.6	0.6	-2.7	0.6	0.2	0.1
América latina e Caraíbas	--	--	-2.4	-2.6	-3.0	-3.1	-2.2	-2.0
			(USD 10 ⁹)					
Países de economia avançada	--	--	-250.1	-202.9	-216.4	-247.1	-197.2	-190.4
dos quais: <i>Novos países industrializados</i> ¹	--	--	41.4	52.3	62.5	85.8	84.3	79.7
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	85.6	39.3	84.6	150.8	201.6	181.1
Europa central e oriental ²	--	--	-32.6	-16.3	-24.0	-34.7	-45.2	-47.2
Comunidade de Estados Independentes	--	--	46.3	32.8	32.2	36.6	61.4	53.6
África	--	--	5.5	-1.5	-4.2	1.5	4.3	2.9
da qual: <i>África sub-sahariana</i>	--	--	-2.3	-9.3	-11.3	8.1	-5.4	-8.5
Ásia	--	--	45.6	38.5	70.3	85.6	68.7	69.3
da qual: <i>excluindo China e Índia</i>	--	--	30.2	21.9	30.1	33.2	26.9	19.6
Médio Oriente	--	--	69.2	39.7	29.1	57.6	102.5	108.2
América latina e Caraíbas	--	--	-48.4	53.0	-16.8	4.4	8.9	-5.7
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio Oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
			(em % das exportações de bens e serviços)					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7



Anexo II – Indicadores económicos, sociais e demográficos, 1998

	Population totale 1998	Taux de croissance de la population (%) 1998	Indice synthétique de fécondité 1998	% d'adultes vivant avec le VIH/sida 1999	Population urbaine (% du total)		PIB par habitant en dollars des États-Unis	Taux estimé d'analphabétisme 15 ans et plus (1998)	
					1990	1998		M	F
Afrique du Sud	41 402 392	1,8	2,8	19,0	49	50	3 236	15	16
Angola	12 001 430	2,9	6,7	2,8	28	33	537	—	—
Bénin	5 948 260	2,8	5,7	2,5	35	41	388	46	77
Botswana	1 561 720	1,9	4,2	35,8	42	49	3 127	27	22
Burkina Faso	10 730 330	2,4	6,7	6,4	14	17	240	68	87
Burundi	6 548 190	2,0	6,2	11,3	6	8	134	45	63
Cameroun	14 303 010	2,7	5,0	7,7	40	47	608	20	33
Cap-Vert	415 880	2,9	3,9	—	44	59	1 297	16	35
Comores	530 820	2,5	4,5	0,1	28	32	372	35	48
Congo	2 782 620	2,7	6,0	6,4	53	61	701	14	29
Côte d'Ivoire	14 492 080	2,0	5,0	10,8	40	45	775	48	64
Djibouti	635 740	1,9	5,2	11,8	80	83	816	26	49
Érythrée	3 879 000	2,8	6,7	2,9	16	18	175	34	62
Éthiopie	61 266 000	2,5	6,4	10,6	13	17	107	58	70
Gabon	1 180 350	2,4	5,1	4,2	68	79	3 913	—	—
Gambie	1 215 940	2,9	5,6	2,0	26	31	343	58	73
Ghana	18 459 550	2,6	4,8	3,6	34	37	405	22	40
Guinée	7 082 450	2,3	5,4	1,5	26	31	506	—	—
Guinée-Bissau	1 161 330	2,1	5,6	2,5	20	23	177	43	83
Guinée équatoriale	431 400	2,6	5,4	0,5	36	46	1 057	9	29
Kenya	29 294 910	2,4	4,6	14,0	24	31	391	12	27
Lesotho	2 057 770	2,2	4,6	23,6	20	26	427	29	7
Libéria	2 961 520	2,7	6,2	2,8	42	44	—	33	66
Madagascar	14 592 380	3,1	5,7	0,2	24	28	256	28	42
Malawi	10 533 530	2,5	6,4	16,0	13	22	165	27	56
Mali	10 596 000	2,9	6,5	2,0	24	29	245	54	69
Maurice	1 159 730	1,0	2,0	0,1	41	41	3 512	13	20
Mauritanie	2 529 010	2,7	5,4	0,5	44	55	396	48	69
Mozambique	16 947 000	1,9	5,2	13,2	27	38	231	42	73
Namibie	1 662 230	2,4	4,8	19,5	27	30	1 831	18	20
Niger	10 143 380	3,4	7,3	1,4	16	20	205	78	93
Nigéria	120 817 264	2,6	5,3	5,1	35	42	267	30	48
Ouganda	20 897 300	2,8	6,5	8,3	11	14	324	24	46
République centrafricaine	3 480 160	1,8	4,8	13,8	38	40	301	43	68
Rép. démocratique du Congo	48 216 020	3,2	6,3	5,1	28	30	116	29	53
République-Unie de Tanzanie	32 128 480	2,6	5,4	8,1	21	31	267	17	36
Rwanda	8 105 000	2,6	6,1	11,2	5	6	250	29	43
Sainte-Hélène	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sao Tomé-et-Principe	141 700	2,3	4,6	—	39	45	288	—	—
Sénégal	9 038 820	2,7	5,5	1,8	40	46	516	55	74
Seychelles	78 680	1,3	2,1	—	54	62	6 803	—	—
Sierra Leone	4 854 740	2,2	6,0	3,0	30	35	138	—	—
Somalie	9 076 220	3,4	7,2	—	24	27	—	—	—
Soudan	28 300 000	2,2	4,5	1,0	27	34	354	32	57
Swaziland	988 580	3,1	4,6	25,3	24	26	1 235	21	23
Tchad	7 282 870	2,7	6,4	2,7	21	23	231	52	69
Togo	4 457 810	2,6	5,1	6,0	29	32	317	28	62
Zambie	9 665 710	2,3	5,5	20,0	39	39	335	16	31
Zimbabwe	11 689 010	1,9	3,7	25,1	28	34	579	8	17

Source : toutes les données sont de la Banque mondiale, sauf celles sur le VIH/sida qui proviennent du « Rapport sur l'épidémie mondiale de VIH/sida », juin 2000 de l'ONU/sida.

Fonte: Banco Mundial, Junho de 2000

Anexo III. Indicadores básicos das outras economias

Economia	População Milhares 1999	Área Milhares de km ² 1999	Densidade demográfica Habitantes por km ² 1999	Produto nacional bruto (PNB)		PNB per capita		PNB medido pela PPA ^a		Expectança de vida de nasci- mentos anos 1999	Analfabetismo de adultos % de pessoas a- cima de 15 anos 1999	Emissões de dióxido de carbono Milhares de toneladas 1996
				Milhões de dólares 1999 ^b	Taxa média de crescimento anual (%) 1998-00	Dólares 1999 ^b	Taxa média de crescimento anual (%) 1998-00	Milhões de dólares 1999	Per capita (dólares) 1999			
Afganistão	25.860	652,1	40	46	65	1.176
Andorra	85	0,5	144	75	..	322
Antigua e Barbuda	87	0,4	153	76	4	6,43
Antilhas Holandesas	215	0,8	288	1.517
Aruba	84	0,2	485
Bahamas	298	13,9	30	74	5	1.707
Barbados	267	0,4	620	76	..	835
Barein	665	0,7	963	73	14	10.578
Belize	247	23,0	11	673	4,7	2,73	1,1	1.109	4.492	76	7	356
Bermudas	64	0,1	1,28	462
Bósnia-Herzegovina	3.881	61,1	76	..	6,1	..	3,0	73	..	3.111
Brunei	322	5,8	61	76	9	5.071
Butão	782	47,0	17	399	6,0	510	2,9	1.160 ^f	1.496 ^f	61	..	280
Cabo Verde	429	4,0	106	669	8,3	1,33	5,1	1.499 ^f	3.467 ^f	69	27	121
Catar	757	11,0	69	74	20	29.121
Chipe	760	9,3	82	9.085	4,2	11,96	3,3	13.977 ^f	19.295 ^f	79	3	5.379
Cisjordânia e Gaza	2.439	6,2	446	4.569	5,2	1,61	1,3	71
Coreia do Norte	23.414	120,5	194	63	..	254.326
Cuba	11,15	110,9	102	76	4	31,17
Djibuti	648	23,2	28	511	50	38	366
Dominica	73	0,8	97	231	-0,1	3,17	-0,1	352	4.825	76	..	81
Emirados Árabes Unidos	2.815	83,6	34	75	25	61.843
Fiji	801	18,3	44	1.771	7,8	2,21	6,4	3.634	4.538	73	8	762
Gabão	1.208	267,7	5	4.043	-3,9	3,35	-6,2	6.435	6.325	63	..	3.69
Gâmbia	1.251	11,3	125	430	5,2	3,40	2,2	1.867 ^f	1.862 ^f	53	65	216
Granada	97	0,3	285	335	7,5	3,45	5,6	667	5.847	72	..	161
Grécia	56	341,7	0	69	..	609
Guam	151	0,6	275	77	..	4.078
Guiana	856	215,0	4	653	3,0	760	2,2	2.774 ^f	3.242 ^f	64	2	953
Guiné Equatorial	443	28,1	16	516	8,5	1,17	5,7	50	19	143
Guiné-Bissau	1.185	36,1	42	185	4,9	160	2,8	705 ^f	595 ^f	44	63	231
Ilha de Man	76	0,6	129
Ilhas Cayman	36	0,3	138	282
Ilhas Cocos	544	2,2	244	189	-1,4	350	-3,8	740 ^f	1,36 ^f	60	42	55
Ilhas do Canal	149	0,3	480	79
Ilhas Faroe	44	1,4	31	630
Ilhas Marianas do Norte	68	0,5	143
Ilhas Marshall	64	0,2	353	100	0,5	1,56	-2,6	71	..	161
Ilhas Salomão	429	28,9	15	320	-0,4	750	-3,4	836 ^f	1.949 ^f	71
Ilhas Virgens Americanas	120	0,3	352	77	..	12.912
Iraque	22.797	438,3	52	59	46	91.387
Islândia	277	103,0	3	8.109	6,0	28,28	4,9	7,28	26.283	79	..	2.185
Iugoslávia	10.616	102,2	104	72	..	36.187
Kiribati	88	0,7	121	81	-16,5	810	-18,7	282 ^f	3.186 ^f	61	..	22
Liberia	3.044	111,4	32	47	40	326
Líbia	5.819	1.758,5	3	70	22	40.579
Liechtenstein	32	0,2	200
Luxemburgo	432	2,6	167	19.285	5,1	44,64	3,8	16.523	39.247	77	..	8.261
Macau	469	0,0	23,45	78	..	1.407
Maldivas	278	0,3	925	322	7,2	1,16	3,3	984 ^f	3.545 ^f	67	4	297
Malta	379	0,3	1.184	3.892	3,5	8,21	2,9	6,71 ^f	15.068 ^f	77	9	1.751
Maurício	1.17	2,0	576	4.203	4,9	3,69	4,0	10.123	8.652	71	16	1.744
Mexico	128	0,4	341
Micronésia	116	0,7	185	210	0,3	1,81	-1,9	67
Mônaco	32	0,0	16,41
Nova Caledónia	213	18,6	12	73	..	1.751
Omã	2.348	212,5	11	73	31	15.143
Palau	19	0,5	40	71	..	245
Polinésia Francesa	231	4,0	63	72	..	581
Porto Rico	3.89	9,0	439	76	7	15.806
Sanca	170	2,8	60	181	1,0	1,06	0,5	665 ^f	3.915 ^f	69	20	132
Sanca Americana	63	0,2	317	282
Santa Lúcia	154	0,6	253	581	3,1	3,77	1,5	775	6.022	72	..	181
São Cristóvão e Névis	41	0,4	114	282	2,1	6,42	2,0	401	9.801	70	..	103
São Tomé e Príncipe	145	1,0	151	40	5,2	270	2,9	193 ^f	1.335 ^f	64	..	77
São Vicente e Granadinas	114	0,4	293	307	4	2,700	3,2	532	4.667	73	..	125
Seychelles	80	0,5	177	520	-3,0	6,54	-4,1	826 ^f	10.381 ^f	72	..	169
Somália	9.388	637,7	15	48	..	15
Suazilândia	1.018	17,4	59	1.379	2,0	1,36	-0,9	4.274	4,2	56	22	341
Sudão	29.993	2.805,8	12	9.435	6,0	3,30	3,6	37.641 ^f	1.298 ^f	65	44	3.473
Suriname	413	163,3	3	70	..	2.099
Tonga	190	0,8	198	172	2,2	1,72	1,2	427 ^f	4.281 ^f	71	..	117
Trinidad e Tobago	1.293	5,1	252	5.651	4,5	4,39	3,9	8.388	7.262	73	7	22.237
Vanuatu	189	12,2	16	221	-2,0	1,17	-5,2	525 ^f	2.771 ^f	65	..	62

Nota: As cifras em grifo designam anos diferentes das especificadas.

a. Paridade do poder aquisitivo; ver as Notas Técnicas. b. Calculado pelo método do Atlas do Banco Mundial. c. Estimado na faixa de baixa renda (US\$ 766 ou menos). d. Estimado na faixa de renda média alta (US\$ 9.265). e. Estimado na faixa de renda alta (US\$ 9.265 ou mais). f. As estimativas baseiam-se em regressões; outros dados foram extrapolados das estimativas do último Programa de Comparação Internacional. g. Estimado na faixa de renda média baixa (US\$ 766 a 2.095).

Anexo. IV Teoria da Integração Económica Internacional

1. Campo Delimitativo

Segundo Peter Robson (1998, p.1) a teoria da integração económica internacional «*consiste na combinação institucional de economias nacionais, que se encontravam separadas, em extensos blocos ou comunidades*». MYRDAL enuncia a integração como um processo socio-económico capaz de destruir as barreiras sociais e económicas existentes entre os participantes na actividade económica, não estabelecendo qualquer distinção entre integração nacional e internacional. Segundo Medeiros (1998 p. 25) a teoria da integração está correlacionada com a eficiência do uso dos recursos em dada área espacial, ligada à mobilidade internacional dos factores, e em que se procura:

- 1) Estudar as variáveis que conduzem a uma economia integrada, ou seja analisar um processo de ausência de obstáculos aos movimentos internacionais de factores;
- 2) Proceder ao estudo da coordenação das variáveis de política económica, incluindo as de natureza monetária e fiscal;
- 3) Avaliar os efeitos da optimização da afectação dos recursos, com especial incidência no bem-estar.

Na perspectiva de Robson (1998) a integração económica tem como objectivo a realização de uma afectação óptima de recursos, em termos espaciais regionais.

Para a consecução, deste objectivo, Robson (1998) propõe-nos alguns pressupostos que conduzam à sua realização. Assim enumeram-se, nessa óptica os seguintes:

«Eliminação de todas as barreiras ao livre movimento de bens e factores de produção dentro da área integrada e a discriminação na base da nacionalidade entre os membros do grupo a que respeita».

De acordo com esse dois autores podemos concluir que a integração económica internacional consiste na eliminação de barreiras comerciais, de entraves aos movimentos de mercadorias, capitais, pessoas e bens, com vista à criação de um mercado único a acção.

2. A Exposição da Teoria

De acordo com Robson, a teoria da integração estuda a eliminação de todas as barreiras ao livre movimento de bens e factores de produção dentro da área integrada.

No tratamento preferencial das mercadorias importadas dos países duma determinada área económica a teoria da integração defende que a eliminação dos direitos aduaneiros aumenta o bem-estar económico. Segundo Viner, a discriminação apontada, preferência aos parceiros e discriminação em relação a países não membros podem conduzir aos efeitos de criação de comércio e desvio de comércio que altera a produção, o consumo, a balança de pagamento e taxa de crescimento económico.

Comecemos então por fazer uma abordagem sucinta às afectações de recursos em termos de criação de comércio e desvio de comércio.

Robson (1998 p. 19) a criação de comércio tem duas vertentes:

1. A produção de bens produzidos internamente, idênticos aos concebidos no exterior, é reduzida, ou até mesmo eliminada – verificando-se a substituição de bens produzidos internamente por bens produzidos em outro país membro;
2. Como os bens produzidos no próprio país passam a ter custos mais elevados verifica-se então um incremento no consumo de bens que são importados do país membro.

Há um efeito de produção e um efeito de consumo.

O primeiro, verifica-se quando existe diminuição dos factores de produção no fabrico de bens que se produzem até ao momento. O segundo, quando os consumidores passam

adquirir mais os bens de consumo de menor custo em detrimento de bens de custo mais elevado. Estes dois efeitos integram a criação de comércio

Desvio de Comércio

Consiste na aquisição de bens de custos elevado por um determinado país a outro pelo facto de este ser o parceiro do espaço integrado.

Também pode entender-se como a substituição, sugerida pela união aduaneira (UA), da procedência dos bens importados. Neste caso as importações de países que não pertencem à UA, com custos mais reduzidos, são substituídos pela importação de bens de países membros com custos mais elevados

Esta substituição da origem das importações provoca um aumento no custo dos bens e uma perda de bem-estar do consumidor devido à contracção no consumo.

E neste ponto, seguindo a análise de Viner, pode-se constatar que, se o saldo entre dois elementos antagónicos pende para a criação, a UA aumenta o bem-estar, ao passo que se o saldo é negativo a união aduaneira é prejudicial. Ainda, e segundo Viner, e segundo Medeiros (1998):

i) Quanto maior for o número de países a integrar e maior for a superfície da união, maior será a possibilidade de criação de comércio em detrimento do desvio de comércio;

ii) Quanto maior for o nível de competitividade entre os países da área integrada, maior probabilidade é o da criação de comércio;

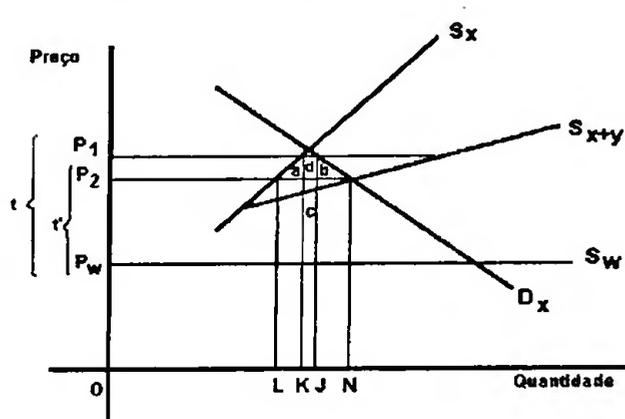
iii) Quanto maior for a taxa média dos direitos aduaneiros após a união, maiores serão os efeitos prováveis de desvio de comércio;

iv) Quanto maior for a densidade sobreposta de produtos, a criação de comércio dependerá das diferenças nos custos unitários das indústrias protegidas do sector.

Vamos apresentar sinteticamente a teoria estática das uniões aduaneiras, considerando que os dois países são a Guiné-Bissau e o Senegal.

- Admita-se que o Senegal aplicava um direito aduaneiro (t) nas importações do produto amendoim;
- Suponhamos que o Senegal forma uma união aduaneira com a Guiné-Bissau;
- Seja a curva de procura Senegal = D_x ; a curva da oferta Senegal = S_x e a curva da oferta dos dois países S_{x+j} ;
- Seja S_w a oferta mundial do produto amendoim

Gráficos – 7 Criação e Desvio de Comércio



Sendo P_2 o preço que vigora no mercado após a união, abaixo de P_1 preço antes da união, tem-se:

Antes da união:

Consumo **OJ**

Produção **OK**

Importação **KJ**

Após a união:

Produção interna **OL**

Consumo interno **ON**

Importação de Senegal **LN**

Então: **LK** representa a criação de comércio (efeito produção)

KJ representa o desvio do comércio

JN representa a criação de comércio (efeito consumo).

A diferença entre o aumento do consumo e a diminuição da produção representa o **ganho de bem-estar** medido pelo a e b (dois triângulos rectângulos) e d (rectângulo).

As receitas públicas de Senegal medidas pelas áreas $c+d$ deixam de existir após a união – representa **perda de bem-estar**.

O efeito final sobre o bem-estar é-nos dado pela comparação das áreas $a+b$ com a área c . Depende, portanto, da importância relativa das áreas assinaladas, função dos casos concretos.

A teoria das uniões aduaneiras apresenta premissas de carácter restritivo, nomeadamente:

— Pressupõe que os direitos aduaneiros influenciam a afectação de recursos pela via de reorientação do comércio, excluindo a hipótese da maior competitividade estimular a eficiência dos ramos de produção nacionais;

— Esquece as consequências das economias de escala que podem modificar o andamento das curvas da oferta;

— Admite que os recursos disponíveis permanecem constantes e só equacionam a redistribuição entre sectores, esquecendo os avanços tecnológicos.

Na análise dinâmica das uniões aduaneiras entra-se em linha de conta com outros factores que vão influenciar o bem-estar e que se podem sintetizar da seguinte maneira:

i) Efeitos Concorrenciais

O alargamento do mercado inerente a um processo de integração económica conduz inevitavelmente ao aumento da pressão concorrencial. Certos tipos de protecção indirecta, desaparecem num mercado alargado, o que determina toda uma série de alterações empresariais, a começar nas técnicas de gestão e processos produtivos e a acabar nas técnicas de produtividade e meios tecnológicos. É evidente que os efeitos de mercado têm de ser encarados pelos dois lados, isto é, pela óptica do mercado interno, onde se instalam novos agentes pela via da importação, e a óptica da exportação, permitindo escoar bens que até então eram destinados aos consumidores nacionais. Mas como a agressividade concorrencial se instala

em todo o lado, o resultado final será o de conduzir a uma maior eficiência do aparelho produtivo.

ii) Economias de Escala

Admite-se que, existem economias de escala internas que se traduzem na diminuição do custo médio.

Supõe-se várias hipóteses: (ver Robson 1998)

i) Nos países A e B os direitos aduaneiros são iguais, antes da união. Ambos os países produzem um bem homogéneo. Após a união o país A passa a dominar todo o mercado, excluindo o produtor de B. Ora, os custos unitários médios de A descem dentro da união. Esta diminuição de custos pode ser resultante cumulativamente de dois efeitos:

- O efeito de redução de custos;
- O efeito de criação de comércio (alargamento de mercado).

ii) No país A há produção do bem. No país B não há produção (antes da união). Após a união, o produtor já estabelecido consegue dominar o mercado. Os efeitos podem igualmente, ser divididos em dois:

- O país B substitui as importações do resto do mundo por importações do país A. Estas devem ser mais caras. O país B tem um desvio de comércio e este desvio é igual à perda de receitas, pois deixa de cobrar direitos aduaneiros;
- O país A obtém o produto a um custo inferior, dado ter aumentado a sua produção.